

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	13
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	16
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	21
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	22
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	22
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	23
14. ATIVOS DE CONTRATO.....	28
15. INVESTIMENTOS.....	32
16. IMOBILIZADO.....	43
17. INTANGÍVEIS.....	44
18. ARRENDAMENTOS.....	46
19. FORNECEDORES.....	48
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	48
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	50
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	53
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	54
24. PROVISÕES.....	56
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	65
26. RECEITA.....	66
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	70
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	74
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	75
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	78
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	89
32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	90
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	91
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	92
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	93
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	102
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	110

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.867.781	825.208	63.149	26.692
Títulos e valores mobiliários	6	1.773.720	1.724.088	158.689	431.222
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.403.850	4.429.883	187.312	157.368
Ativo financeiro da concessão	13	1.622.523	1.504.666	-	-
Ativos contratuais	14	675.325	599.692	-	-
Tributos compensáveis	8	1.583.804	1.968.979	1.087	1.088
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	969.935	698.914	-	-
Dividendos a receber	29	196.364	335.189	2.036.637	1.820.578
Fundos vinculados		13.829	19.195	5	7
Estoques		32.133	37.459	10	10
Contribuição de iluminação pública		198.731	233.309	-	-
Reembolso subsídios tarifários	12	95.588	291.896	-	-
Subvenção - Baixa renda		50.269	46.540	-	-
Outros ativos		466.854	234.132	13.655	9.530
TOTAL DO CIRCULANTE		13.950.706	12.949.150	2.460.544	2.446.495
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	150.892	353.730	2.665	88.383
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	48.158	51.540	-	-
Tributos compensáveis	8	1.758.675	1.997.285	511.735	502.452
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	301.000	315.405	228.198	245.850
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	3.072.772	2.464.734	857.906	802.270
Depósitos vinculados a litígios	11	1.219.483	1.155.169	312.087	307.651
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30a	975.023	1.219.176	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativo financeiro da concessão	13	4.262.681	4.969.400	-	-
Ativos de contrato	14	6.223.570	5.780.316	-	-
Investimentos	15	5.404.996	5.105.926	18.774.803	18.183.135
Imobilizado	16	2.372.711	2.419.269	1.264	1.411
Intangível	17	13.185.048	12.953.317	865	1.380
Direito de uso	18a	201.320	225.593	2.007	2.050
Outros ativos		80.985	72.432	80.201	25.011
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.270.680	39.096.658	20.785.097	20.172.959
TOTAL DO ATIVO		53.221.386	52.045.808	23.245.641	22.619.454

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.385.580	2.683.343	110.397	64.682
Encargos regulatórios	22	551.046	610.695	-	-
Participação dos empregados e administradores no resultado		99.601	136.580	7.178	11.126
Impostos, taxas e contribuições	20	418.173	528.096	68.401	132.764
Imposto de renda e contribuição social	9b	217.182	190.002	102.168	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.517.328	1.909.050	1.514.265	1.911.250
Empréstimos e financiamentos e debêntures	21	1.003.209	1.465.133	55.554	52.430
Salários e contribuições sociais		263.971	225.189	13.685	12.596
Contribuição de iluminação pública		291.510	357.105		
Obrigações Pós-emprego	23	366.545	346.733	28.047	26.917
Passivo financeiro da concessão	13	-	51.359	-	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	2.579.363	704.025	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	30b	128.499	6.130	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	30b	668.691	636.292	-	-
Passivo de arrendamento	18b	38.950	61.586	277	277
Outros passivos		662.617	776.275	7.077	8.288
TOTAL DO CIRCULANTE		11.192.265	10.687.593	1.907.049	2.220.330
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	57.331	204.623	4.624	4.624
Empréstimos e financiamentos e debêntures	21	10.181.636	9.898.830	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	364.378	341.689	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	839.713	962.255	-	-
Provisões	24	3.356.954	1.888.972	243.711	236.995
Obrigações Pós-emprego	23	5.944.240	5.857.941	722.712	697.149
Passivo financeiro da concessão	13	270.951	-	-	-
PASEP/Cofins a ser restituído a consumidores	20	213.869	2.318.910	-	-
Passivo de arrendamento	18b	183.666	182.437	1.967	1.975
Outros passivos		248.000	240.793	2.065	1.970
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.660.738	21.896.450	975.079	942.713
TOTAL DO PASSIVO		32.853.003	32.584.043	2.882.128	3.163.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	11.006.853	8.466.810	11.006.853	8.466.810
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		8.408.051	10.948.094	8.408.051	10.948.094
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.214.579)	(2.208.214)	(2.214.579)	(2.208.214)
Lucros acumulados		913.467	-	913.467	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		20.363.513	19.456.411	20.363.513	19.456.411
Participação de acionista não-controlador		4.870	5.354	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.368.383	19.461.765	20.363.513	19.456.411
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.221.386	52.045.808	23.245.641	22.619.454

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITA LÍQUIDA	26	16.060.828	14.464.723	714.848	158
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(6.549.343)	(6.417.348)	(511.958)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.428.702)	(1.448.227)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.255.844)	(868.042)	-	-
		(9.233.889)	(8.733.617)	(511.958)	-
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(475.938)	(521.230)	-	-
Materiais		(26.313)	(37.588)	-	-
Serviços de terceiros		(565.454)	(621.112)	-	-
Depreciação e amortização		(519.421)	(431.904)	-	-
Provisões operacionais		(1.530.554)	(39.714)	-	-
Custos de construção de infraestrutura		(1.262.422)	(785.561)	-	-
Outros		(54.807)	(54.378)	-	-
		(4.434.909)	(2.491.487)	-	-
CUSTO TOTAL		(13.668.798)	(11.225.104)	(511.958)	-
LUCRO BRUTO		2.392.030	3.239.619	202.890	158
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com vendas		(133.458)	(42.168)	-	-
Despesas gerais e administrativas		(498.445)	(258.674)	(19.684)	(25.251)
Despesas com provisões operacionais		(9.685)	(11.497)	(15.730)	(9.139)
Outras despesas operacionais, líquidas		(579.404)	(358.618)	(36.438)	(25.724)
		(1.220.992)	(670.957)	(71.852)	(60.114)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas		-	217.063	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido		-	909.601	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	6.644	108.550	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	15	520.896	151.479	1.291.633	2.314.457
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.698.578	3.955.355	1.422.671	2.363.051
Receitas financeiras	28	1.027.751	667.312	31.190	3.838
Despesas financeiras	28	(1.584.537)	(1.454.004)	(4.788)	(2.802)
		(556.786)	(786.692)	26.402	1.036
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.141.792	3.168.663	1.449.073	2.364.087
Imposto de renda e contribuição social	9d	(370.689)	(865.266)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	734.344	65.593	55.636	4.182
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.505.447	2.368.990	1.504.709	2.368.269
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.504.709	2.368.269	1.504.709	2.368.269
Participação de acionistas não controladores		738	721	-	-
		1.505.447	2.368.990	1.504.709	2.368.269
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	0,68	1,08	0,68	1,08
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	0,68	1,08	0,68	1,08

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RECEITA LÍQUIDA	26	8.213.380	7.353.982	428.293	75
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(3.445.961)	(3.309.234)	(273.796)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(560.170)	(701.915)	-	-
Gás comprado para revenda		(692.063)	(480.517)	-	-
		(4.698.194)	(4.491.666)	(273.796)	-
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(260.594)	(299.020)	-	-
Materiais		(15.344)	(25.515)	-	-
Serviços de terceiros		(287.253)	(352.083)	-	-
Depreciação e amortização		(261.939)	(217.525)	-	-
Provisões operacionais		(1.454.237)	(44.696)	-	-
Custos de construção de infraestrutura		(771.160)	(437.186)	-	-
Outros		(40.840)	(29.496)	-	-
		(3.091.367)	(1.405.521)	-	-
CUSTO TOTAL		(7.789.561)	(5.897.187)	(273.796)	-
LUCRO BRUTO		423.819	1.456.795	154.497	75
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com vendas		(90.366)	985	-	-
Despesas gerais e administrativas		(270.727)	(53.409)	(8.841)	(5.322)
Despesas com provisões operacionais		34.236	(25.464)	(947)	1.061
Outras despesas operacionais, líquidas		(374.400)	(184.090)	(18.640)	(14.733)
		(701.257)	(261.978)	(28.428)	(18.994)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas		-	211.247	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido		-	909.601	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	6.644	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	336.468	32.792	(112.484)	2.040.945
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		65.674	2.348.457	13.585	2.022.026
Receitas financeiras	28	473.546	1.288.425	15.781	588
Despesas financeiras	28	(1.344.495)	(809.897)	(2.593)	(987)
		(870.949)	478.528	13.188	(399)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(805.275)	2.826.985	26.773	2.021.627
Imposto de renda e contribuição social	9d	203.225	(601.560)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	651.926	(278.786)	22.747	(75.390)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		49.876	1.946.639	49.520	1.946.237
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		49.520	1.946.237	49.520	1.946.237
Participação de acionistas não controladores		356	402	-	-
		49.876	1.946.639	49.520	1.946.237
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	0,02	1,15	0,02	1,15
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	0,02	1,15	0,02	1,15

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RESULTADO DO PERÍODO	1.505.447	2.368.990	1.504.709	2.368.269
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Outros resultados abrangentes	393	169	393	169
	393	169	393	169
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.505.840	2.369.159	1.505.102	2.368.438
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.505.102	2.368.438	1.505.102	2.368.438
Participação de acionista não-controlador	738	721	-	-
	1.505.840	2.369.159	1.505.102	2.368.438

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RESULTADO DO PERÍODO	49.876	1.946.639	49.520	1.946.237
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	49.876	1.946.639	49.520	1.946.237
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	49.520	1.946.237	49.520	1.946.237
Participação de acionista não-controlador	356	402	-	-
	49.876	1.946.639	49.520	1.946.237

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.504.709	1.504.709	738	1.505.447
Aumento de capital	2.540.043	-	(2.540.043)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	393	-	393	-	393
Realização do custo atribuído	-	-	-	(6.758)	6.758	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(598.000)	(598.000)	-	(598.000)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(1.222)	(1.222)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	11.006.853	2.249.721	8.408.051	(2.214.579)	913.467	20.363.513	4.870	20.368.383

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348
Aumento de capital	873.047	-	(873.047)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.368.269	2.368.269	721	2.368.990
Outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Realização do custo atribuído	-	-	-	(7.152)	7.152	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(499)	(499)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	8.466.810	2.249.721	9.187.558	(2.438.406)	2.375.421	19.841.104	4.904	19.846.008

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.505.447	2.368.990	1.504.709	2.368.269
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9	(734.344)	(65.593)	(55.636)	(4.182)
Depreciação e amortização	27	571.929	480.164	732	900
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível		192.687	19.615	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	17	-	(909.601)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato		(7.053)	(3.722)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(520.896)	(151.479)	(1.291.633)	(2.314.457)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão		(771.515)	(575.561)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		-	(238.815)	-	-
Juros e variações monetárias	28	823.750	706.941	(12.758)	(2.807)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	28	(342.500)	(292.379)	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização		(935.491)	(430.911)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	-	(108.550)	-	(108.550)
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	21	3.210	12.606	-	55
Provisões operacionais e perdas esperadas		1.673.697	93.379	15.730	9.139
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	402.027	612.765	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	972.040	(792.651)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	335.038	250.119	38.704	25.996
Outros		(13.353)	12.294	-	-
		3.154.673	987.611	199.848	(25.637)
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia	7	(104.043)	70.863	(29.944)	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	13	-	15.121	-	-
Tributos compensáveis	8	514.199	(23.863)	-	2.889
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	259.108	22.399	162.240	92.502
Depósitos vinculados a litígios	11	(30.521)	(48.301)	2.294	(2.894)
Dividendos recebidos		181.747	324.677	459.160	991.336
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13	475.881	439.273	-	-
Outros		48.538	(170.371)	(59.104)	(10.017)
		1.344.909	629.798	534.646	1.073.816
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores	19	(297.763)	23.376	45.715	(361)
Impostos, taxas e contribuições	20	105.552	625.358	(21.943)	(64.997)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	397.869	868.406	-	-
Salários e contribuições sociais		38.782	27.079	1.089	(384)
Encargos regulatórios	22	(206.941)	22.988	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(228.927)	(198.972)	(12.011)	(10.493)
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	(83.114)	-	-	-
Outros		(121.158)	(58.057)	(14.289)	(12.125)
		(395.700)	1.310.178	(1.439)	(88.360)
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
		4.103.882	2.927.587	733.055	959.819
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	21	(475.481)	(638.160)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(1.147)	(1.030)	(5)	(5)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(587.594)	(254.006)	(13)	(814)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap), pagos	30	(35.505)	888.642	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.004.155	2.923.033	733.037	959.000
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários	6	153.206	(211.416)	358.251	(1.135.438)
Fundos vinculados		5.366	(11.342)	2	(63)
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas		(282)	(14.711)	(17.268)	(13.979)
Alienação de participação societária, líquido dos custos		6.644	1.366.661	-	1.366.661
Em imobilizado	16	(46.977)	(71.924)	-	-
Em intangível	17	(27.270)	(16.461)	(30)	(30)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	14	(1.094.157)	(714.542)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.003.470)	326.265	340.955	217.151
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos obtidos	21	987.575	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(935.676)	(700.998)	(1.037.392)	(700.998)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(973.089)	(1.533.724)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(36.922)	(33.377)	(143)	(135)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(958.112)	(2.268.099)	(1.037.535)	(701.133)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.042.573	981.199	36.457	475.018
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	1.867.781	2.661.596	63.149	897.665

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITAS				
Venda de energia, gás e serviços	21.602.130	19.445.487	827.649	200
Receita de construção de distribuição	1.136.536	738.437	-	-
Receita de construção de transmissão	169.268	62.133	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	396.508	297.122	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	238.815	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	292.863	243.404	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	38.762	20.026	-	-
Investimento em imobilizado	41.366	41.232	-	-
Outras receitas	-	4.652	-	-
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(129.615)	(31.168)	211	-
	23.547.818	21.060.140	827.860	200
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(7.101.331)	(6.078.905)	(564.141)	-
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.588.818)	(1.608.849)	-	-
Serviços de terceiros	(1.200.611)	(1.038.103)	(9.278)	(11.660)
Gás comprado para revenda	(1.594.723)	(1.102.276)	-	-
Materiais	(827.180)	(456.338)	(32)	(35)
Outros custos operacionais	(1.821.721)	(110.466)	(12.314)	96.874
	(14.134.384)	(10.394.937)	(585.765)	85.179
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.413.434	10.665.203	242.095	85.379
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(571.929)	(480.164)	(733)	(900)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	8.841.505	10.185.039	241.362	84.479
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	520.896	151.479	1.291.633	2.314.457
Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	-	909.601	-	-
Receitas financeiras	1.075.321	716.615	31.190	3.838
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.437.722	11.962.734	1.564.185	2.402.774
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	1.018.811	864.806	45.992	28.806
Remuneração direta	544.032	501.211	5.285	1.509
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	393.275	296.757	39.568	26.241
FGTS	32.708	31.600	1.139	1.056
Programa de desligamento voluntário programado	48.796	35.238	-	-
Impostos, taxas e contribuições	6.303.698	6.438.225	8.668	2.891
Federais	2.846.309	3.245.097	(31.683)	(883)
Estaduais	3.450.919	3.179.447	40.136	702
Municipais	6.470	13.681	215	3.072
Remuneração de capitais de terceiros	1.609.766	1.470.014	4.816	2.808
Juros	1.600.787	1.465.231	4.788	2.802
Aluguéis	8.979	4.783	28	6
Remuneração de capitais próprios	1.505.447	3.189.689	1.504.709	2.368.269
Juros sobre capital próprio	598.000	-	598.000	-
Lucros retidos	906.709	3.188.968	906.709	2.368.269
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	738	721	-	-
	10.437.722	11.962.734	1.564.185	2.402.774

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) para a Companhia, mantendo a sua estratégia corporativa.

b) Adesão à Conta de Escassez Hídrica

Em 03 de maio de 2022 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) fixou os valores dos recursos da Conta de Escassez Hídrica referentes aos montantes solicitados pelas concessionárias por meio do Termo de Aceitação às Disposições do Decreto N° 10.939, de 2022, nos termos da ReN n° 1.008/2022.

A Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) solicitou o teto dos recursos do primeiro repasse, nos termos do referido Decreto, referentes ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo, bem como da importação de energia autorizada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) para os meses de julho e agosto de 2021, totalizando R\$190.658, recebidos em 09 de maio de 2022.

As distribuidoras que aderiram ao referido decreto renunciaram a: (i) requerer a suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica, em razão da eventual diminuição do consumo verificada até dezembro de 2022; (ii) distribuir valores superiores a 25% sobre o lucro líquido ajustado pelas Reservas Legal e de Contingências, a título de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de inadimplemento de obrigações intrassetorial; e (iii) ao direito de discutir, em âmbito judicial ou arbitral, as condições estabelecidas no Decreto.

A REN 1.008/2022 estabelece que os valores transferidos a cada distribuidora serão revertidos como componente financeiro negativo até os processos tarifários de 2024, devidamente atualizados pela Taxa Selic e assegurada a neutralidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 12 de agosto de 2022.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2021	30/06/2022	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Reembolso de Subsídios Tarifários
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Ativos de Contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2021	30/06/2022	
18	17	Intangível
19	18	Operação de arrendamento mercantil
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	21	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	22	Encargos Regulatórios
24	23	Obrigações Pós-Emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	26	Receita
28	27	Custos e Despesas Operacionais
29	28	Receitas e Despesas Financeiras
30	29	Transações com Partes Relacionadas
31	30	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
32	32	Alienação de participação societária
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
36	34	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
37	-	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
33	Seguros
34	Obrigações Contratuais

2.3 Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos e do IAS 16 - Ativo imobilizado, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia.

As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	30/06/2022 e 31/12/2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição S.A.	Consolidação	100,00
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Consolidação	99,57
Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. ("Cemig Sim")	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento *
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho	Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	01/2004	12/2024
Rosal	Rosal Energia S.A. ("Rosal")	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (7)			05/2027
Salto Voltão (7)	Horizontes Energia S.A. ("Horizontes Energia")	Resolução 331/2002	06/2033
Salto Paraopeba			10/2030
Salto do Passo Velho (7)			03/2031
PCH Pai Joaquim	Cemig PCH S.A. ("Cemig PCH")	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras	Cemig GT	02/2013	09/2024
Cemig Geração Poço Fundo	Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Cemig Geração Poço Fundo")	01/2021	08/2045
São Bernardo	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias	Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias")	08/2016	01/2046
Salto Grande	Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande")	09/2016	01/2046
Itutinga	Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	10/2016	01/2046
Camargos	Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piauí	Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins	Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru	Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio	Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	004/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

- (1) A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contas bancárias	46.242	116.956	3.602	4.252
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.302.239	624.681	9.738	2.047
Aplicações automáticas - Overnight (2)	517.056	81.456	49.809	20.393
Outros	2.244	2.115	-	-
	1.821.539	708.252	59.547	22.440
	1.867.781	825.208	63.149	26.692

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip que variam entre 90% a 107% em 30 de junho de 2022 (70% a 109% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 12,89% a 13,14% a.a. em 30 de junho de 2022 (8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	131.000	100.554	-	25.175
Letras Financeiras (LFs) – Bancos	1.295.820	1.417.429	124.828	354.868
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	317.144	178.427	30.551	44.671
Outros	29.756	27.678	3.310	6.508
	1.773.720	1.724.088	158.689	431.222
Não circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	15.824	-	1.525	-
Letras Financeiras (LFs) - Bancos	3.129	348.149	301	87.163
Debêntures	8.709	4.874	839	1.220
Outros	123.230	707	-	-
	150.892	353.730	2.665	88.383
	1.924.612	2.077.818	161.354	519.605

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103% do CDI em 30 de junho de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,94% a 130% do CDI em 30 de junho de 2022 (105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 13,14% a 13,50% a.a. em 30 de junho de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 114,83% do CDI em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 30.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Consolidado					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/06/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	1.544.982	687.175	576.023	478.500	3.286.680	3.409.813
Fornecimento de energia não faturado	1.121.478	-	-	-	1.121.478	929.579
Suprimento a outras concessionárias	36.818	23.409	15	97	60.339	52.035
Suprimento a outras concessionárias não faturado	306.645	-	-	-	306.645	264.864
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	20.050	38.576	2.727	913	62.266	169.531
Concessionários – transporte de energia faturado	65.862	10.567	8.326	82.491	167.246	169.652
Concessionários – transporte de energia não faturado	326.346	-	-	-	326.346	319.099
(-) Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(158.715)	(81.861)	(120.995)	(517.421)	(878.992)	(833.150)
	3.263.466	677.866	466.096	44.580	4.452.008	4.481.423
Ativo circulante					4.403.850	4.429.883
Ativo não circulante					48.158	51.540

	Controladora					
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	30/06/2022	31/12/2021
Fornecimento de energia faturado	-	1.912	-	23.003	24.915	24.599
Fornecimento de energia não faturado	181.692	-	-	-	181.692	106.184
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	76	3.632	-	-	3.708	48.869
(-) Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	-	(23.003)	(23.003)	-22.284
	181.768	5.544	-	-	187.312	157.368
Ativo circulante					187.312	157.368
Ativo não circulante					-	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/06/2022	31/12/2021
Residencial	250.961	220.937
Industrial	185.112	184.954
Comércio, serviços e outras	238.108	220.400
Rural	39.013	34.466
Poder público	40.807	45.221
Iluminação pública	2.401	1.909
Serviço público	38.255	37.504
Encargos de uso de rede - TUSD	84.335	87.759
	878.992	833.150

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de junho de 2022 foram compensadas 15 do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada, restando em

aberto o montante de R\$63.504, apresentado na linha do Poder Público, coluna a vencer, já que há acordo para seu recebimento. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	833.150
Constituições líquidas (nota 27)	133.458
Baixas	(87.616)
Saldo em 30 de junho de 2022	878.992

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2022
Circulante				
ICMS a recuperar	136.511	112.813	12	3
PIS/Pasep (a)	253.801	328.643	24	24
Cofins (a)	1.171.018	1.508.180	121	121
Outros	22.474	19.343	930	940
	1.583.804	1.968.979	1.087	1.088
Não Circulante				
ICMS a recuperar	407.401	342.183	-	-
PIS/Pasep (a)	262.220	316.044	112.403	110.376
Cofins (a)	1.089.054	1.339.058	399.332	392.076
	1.758.675	1.997.285	511.735	502.452
	3.342.479	3.966.264	512.822	503.540

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$22.539, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia havia constituído um passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Ocorre que, em 07 de junho de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 1.280/22, promovendo alterações na Lei nº 9.427/96 para disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de energia elétrica. Esse projeto previa a destinação integral dos créditos tributários relacionados à questão do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS aos clientes das distribuidoras de energia elétrica, sem a limitação do período de 10 anos mencionado acima.

Em 21 de junho de 2022, a Aneel considerou no reajuste tarifário da Companhia os efeitos do ainda Projeto de Lei nº 1.280/22, que aguardava apenas a sanção presidencial para ser convertido. Em 27 de junho o projeto foi convertido na Lei nº 14.385/22, tendo a Companhia registrado complemento ao passivo constituído conforme notas explicativas nºs 20 e 24.

A Administração da Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753.

Em 1º de agosto de 2022, ocorreu o trânsito em julgado da ação individual movida pela Gasmig, que tratou da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. A partir do trânsito em julgado, a Gasmig poderá iniciar os procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais e habilitação do crédito tributário junto à Receita Federal.

Para mais informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.419.268 no ativo circulante e R\$1.346.203 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro semestre de 2022, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$823.148 (R\$695.019 no primeiro semestre de 2021).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda	948.888	763.468	225.536	221.422
Contribuição social	322.047	250.851	2.662	24.428
	1.270.935	1.014.319	228.198	245.850
Circulante	969.935	698.914	-	-
Não circulante	301.000	315.405	228.198	245.850

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	193.449	147.312
Contribuição social	23.733	42.690
	217.182	190.002

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	1.011.767	806.639	626.332	583.662
Provisões para contingências	559.092	542.089	73.472	71.278
Provisão para perda em investimentos	57.430	244.132	-	-
Provisão PUT SAAG	227.355	216.339	-	-
Provisões operacionais/Impairment	552.882	77.402	2.083	2.083
Provisões PRL	31.393	42.290	1.144	1.944
Obrigações pós-emprego	2.035.894	1.980.828	249.749	239.750
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	335.905	314.863	8.405	8.477
Concessão onerosa	11.883	11.274	-	-
Outros	20.758	19.423	80	68
Total	4.844.359	4.255.279	961.265	907.262
Passivos fiscais diferidos				
Custo de captação	(8.398)	(5.009)	-	-
Custo atribuído	(158.284)	(219.067)	-	-
Valor justo de participações societárias	(439.857)	(465.615)	(103.359)	(104.992)
Encargos financeiros capitalizados	(165.928)	(164.716)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(7.597)	(3.583)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(252.618)	(245.181)	-	-
Atualização ativo de contrato	(954.015)	(895.223)	-	-
Ajuste a valor justo swap - Perda	(275.801)	(412.436)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(7.466)	(6.737)	-	-
Ressarcimento custos GSF	(296.621)	(319.207)	-	-
Outros	(44.715)	(16.026)	-	-
Total	(2.611.300)	(2.752.800)	(103.359)	(104.992)
Total Líquido	2.233.059	1.502.479	857.906	802.270
Total do Ativo	3.072.772	2.464.734	857.906	802.270
Total do Passivo	(839.713)	(962.255)	-	-

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.502.479	802.270
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	734.344	55.636
Ajustes de tributos diferidos do período anterior	(3.764)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	2.233.059	857.906

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	1.141.792	3.168.663	1.449.073	2.364.087
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	(388.209)	(1.077.345)	(492.685)	(803.790)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	173.728	42.615	344.663	675.944
Incentivo fiscal	16.122	31.296	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	46.012	91.635	-	-
Multas indedutíveis	(22.777)	(10.608)	(101)	(254)
JCP declarado	203.320	-	203.320	-
PECLD com partes relacionadas	233.931	-	-	-
Realização de ágio (nota 32)	108.416	-	-	-
Resultado com alienação da Light	-	133.663	-	133.663
Outros	(6.888)	(10.929)	439	(1.381)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	363.655	(799.673)	55.636	4.182
Imposto de renda e contribuição social corrente	(370.689)	(865.266)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	734.344	65.593	55.636	4.182
	363.655	(799.673)	55.636	4.182
Alíquota efetiva	(31,85)%	25,24%	(3,84)%	(0,18)%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Resultado das operações antes do imposto de renda e contribuição social	(805.275)	2.826.985	26.773	2.021.627
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal (34%)	273.794	(961.174)	(9.103)	(687.354)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	114.197	3.859	(89.197)	611.580
Incentivo fiscal	(6.483)	21.952	-	-
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	21.790	63.222	-	-
Multas indedutíveis	(9.896)	(6.893)	(52)	(269)
JCP declarado	120.020	-	120.020	-
PECLD com partes relacionadas	233.931	-	-	-
Realização de ágio (nota 32)	108.416	-	-	-
Resultado com alienação da Light	-	-	-	-
Outros	(618)	(1.312)	1.079	653
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	855.151	(880.346)	22.747	(75.390)
Imposto de renda e contribuição social corrente	203.225	(601.560)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	651.926	(278.786)	22.747	(75.390)
	855.151	(880.346)	22.747	(75.390)
Aliquota efetiva	(106,19)%	31,14%	(84,96)%	3,73%

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder à retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, celebrado em gestão anterior, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notificou a Cemig para que restitua as duas parcelas quitadas anteriormente, assim como os valores dos dividendos retidos, no montante de R\$299.005.

De forma a resolver a questão por meio de solução negociada de impasses, foi submetida a controvérsia acerca do TARD à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC do Estado de Minas Gerais, que atualmente está na fase inicial de análise da matéria.

Em 30 de junho de 2022, o saldo a receber reconhecido no ativo não circulante é de R\$13.366 (R\$13.366 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do referido saldo remanescente do Contas a Receber.

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária

do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	261.066	266.604	26.967	25.292
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	30.254	29.546	315	300
PIS/Pasep e Cofins (1)	67.699	68.342	-	-
ITCD	57.456	55.752	56.467	54.786
IPTU	91.397	86.925	64.593	62.229
FINSOCIAL	42.112	40.999	42.112	40.999
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	296.350	290.198	14.232	13.936
IRRF sobre lucro inflacionário	8.870	8.743	8.870	8.743
IRPJ/CSLL (3)	105.850	76.155	313	-
Outros (4)	110.022	103.570	64.985	67.015
	810.010	760.230	251.887	248.008
Outros				
Regulatório	55.445	52.736	20.550	20.033
Responsabilidade civil	11.139	12.482	4.924	6.630
Relações de consumo	8.641	7.924	1.022	941
Bloqueio judicial	16.061	19.146	3.260	3.373
Outros	57.121	36.047	3.477	3.374
	148.407	128.335	33.233	34.351
	1.219.483	1.155.169	312.087	307.651

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o bônus do “Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica”, vigente de setembro a dezembro de 2021, são reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R\$205.439 em 31 de dezembro de 2021. Parte desse valor foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2022 via liquidação na CCEE de acordo com as definições do Despacho Aneel nº 397/2022. A Companhia ainda tem a receber o montante de R\$15.774, em 30 de junho de 2022, reconhecidos no ativo circulante.

No primeiro semestre de 2022, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$485.093 (R\$494.424 em 30 de junho de 2021). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$79.814, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$75.189 (R\$81.981 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig D e R\$4.625 (R\$4.476 em 31 de dezembro de 2021) pela Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Relacionados à Infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (nota 13.1)	948.513	683.729
Concessão de distribuição de gás (nota 13.1)	37.199	34.386
Indenizações a receber – Geração (nota 13.2)	644.432	816.202
Bonificação pela outorga – Concessões de geração (nota 13.3)	2.939.402	2.792.201
	4.569.546	4.326.518
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (nota 13.4)	1.315.658	2.147.548
Total	5.885.204	6.474.066
Ativo circulante	1.622.523	1.504.666
Ativo não circulante	4.262.681	4.969.400

	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros	(270.951)	(51.359)
Total	(270.951)	(51.359)

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Geração	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	683.729	3.608.403	34.386	4.326.518
Adição	-	-	5	5
Transferências entre ativo de contrato	226.860	-	-	226.860
Transferências entre ativo intangível	13	-	-	13
Atualização financeira	38.762	292.863	2.808	334.433
Baixas	(851)	(171.770)	-	(172.621)
Recebimentos	-	(145.662)	-	(145.662)
Saldo em 30 de junho de 2022	948.513	3.583.834	37.199	4.569.546

13.1 Distribuição – Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração – Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel conforme previsto na Resolução Normativa – ReN Aneel nº 596/2013, alterada pela ReN nº 615/2014.

Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda foram classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão no exercício de

2017, após a revogação das liminares ingressadas pela Companhia por esta entender que tinha direito à renovação dessas concessões, baseada nos termos originais dos Contratos de Concessão e após o Leilão dessas usinas pelo poder concedente.

No ano de 2019 foi aberta, pela Aneel, a audiência pública nº 003/19, a fim de obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, o que resultou na publicação, em 22 de junho de 2021, da ReN nº 942, pela Aneel.

De acordo com a referida resolução, as concessionárias deveriam manifestar seu interesse comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 19 de agosto de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Companhia dentro do prazo estipulado.

Em 09 de agosto de 2021 a Cemig GT manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados. A Cemig GT contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel para atendimento aos requisitos da Resolução Normativa nº 942, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.029	166.903
UHE Salto Grande	jul/15	102	11.514	85.625
UHE Itutinga	jul/15	52	4.408	10.089
UHE Camargos	jul/15	46	7.278	19.611
PCH Piau	jul/15	18,01	1.622	4.376
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.371	5.247
PCH Peti	jul/15	9,4	1.330	6.056
PCH Dona Rita	set/13	2,41	600	1.569
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	2.373	8.510
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.572	6.269
PCH Martins	jul/15	7,7	2.273	4.451
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.558	18.862
PCH Paciência	jul/15	4,08	871	4.146
PCH Marmelos	jul/15	4	694	2.409
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	235	361
UHE Miranda	dez/16	408	34.697	90.862
UHE Jaguará	ago/13	424	45.706	137.673
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	27.082	71.413
		3.601,70	218.213	644.432

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022. O saldo de R\$644.432 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

13.3 Geração – Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	160.683	(78.264)	1.666.139
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	50.588	(24.682)	523.060
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	20.561	(10.493)	197.072
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	15.346	(7.812)	147.735
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	21.032	(10.991)	193.676
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	15.355	(8.346)	132.196
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	75.300	9.298	(5.074)	79.524
Total		2.792.201	292.863	(145.662)	2.939.402

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

13.4 Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.151.399	164.259	1.315.658	988.850	4.133.064	5.121.914
Ativo circulante	1.151.399	164.259	1.315.658	988.850	2.397.151	3.386.001
Ativo não circulante	-	-	-	-	1.735.913	1.735.913
Passivo	-	(270.951)	(270.951)	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)
Passivo circulante	-	-	-	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)
Passivo não circulante	-	(270.951)	(270.951)	-	(809.798)	(809.798)
Total circulante líquido	1.151.399	164.259	1.315.658	(51.359)	1.221.433	1.170.074
Total não circulante líquido	-	(270.951)	(270.951)	-	926.115	926.115
Total líquido	1.151.399	(106.692)	1.044.707	(51.359)	2.147.548	2.096.189

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2022			31/12/2021		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	299.633	116.658	416.291	23.593	(90.715)	(67.122)
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	74.982	1.810	76.792	145.817	97.203	243.020
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	(5.265)	(3.116)	(8.381)	13.172	(972)	12.200
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – Proinfa	86.100	-	86.100	11.427	18.664	30.091
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	793.473	104.040	897.513	30.948	953.014	983.962
Energia elétrica comprada para revenda	461.623	(981.476)	(519.853)	389.548	1.177.997	1.567.545
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	89.356	334.228	423.584	(67.566)	192.132	124.566
Neutralidade da parcela A	(71.903)	210.140	138.237	24.269	73.081	97.350
Devolução faturamento - Conta Covid (2)	-	-	-	(371.350)	-	(371.350)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(57.457)	(12.192)	(69.649)	(21.171)	(47.087)	(68.258)
Outros itens financeiros	(519.143)	123.216	(395.927)	(230.046)	(225.769)	(455.815)
Total	1.151.399	(106.692)	1.044.707	(51.359)	2.147.548	2.096.189

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$202.539 em 30 de junho de 2022, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores foram devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189
Constituição líquida de ativos financeiros	(904.142)
Realização	(67.898)
(-) Recebimento empréstimo - Conta escassez hídrica	(190.658)
Atualização Selic	111.216
Saldo em 30 de junho de 2022	1.044.707

Reajuste tarifário anual

Em 22 de junho de 2022, após prorrogação de 25 dias das tarifas antigas enquanto se esperava a definição de medidas de mitigação tarifária no âmbito federal, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência até 27 de maio de 2023, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 8,80%, sendo 14,31%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,23%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão, o reajuste médio foi de 5,22%. Este resultado decorre de variação de custos da parcela B (custos gerenciáveis), de 3,89%, em função da inflação (IPCA) apurada nos 12 meses anteriores, e os repasses diretos dentro da tarifa, que impactaram em 4,91%, sendo

estes últimos sem efeito econômico para a Cemig D, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 4,78% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, já tendo sido considerado o efeito redutor da inclusão de R\$409.920 de repasse do aporte na CDE oriundo do processo de capitalização da Eletrobrás; (b) redução de 9,32% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a inclusão de R\$2.810.830 referentes à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 15,20%; bem como o efeito de 9,45% referente à (c) retirada dos componentes financeiros do processo anterior. Para mais informações sobre a restituição, aos consumidores, dos créditos de PIS/Pasep e Cofins, ver nota explicativa nº 20.

14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2022:

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Distribuição - Ativos de infraestrutura em construção	2.127.660	1.926.652
Gás – Ativos de infraestrutura em construção	112.692	95.137
Transmissão – Rede básica - Lei 12.783/13	2.033.360	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.625.183	2.346.643
	6.898.895	6.380.008
Circulante	675.325	599.692
Não circulante	6.223.570	5.780.316

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.358.219	1.926.652	95.137	6.380.008
Adições	169.268	1.086.575	23.754	1.279.597
Atualização financeira	396.508	-	-	396.508
Recebimentos	(269.988)	-	-	(269.988)
Baixa	-	-	(851)	(851)
Outras adições	4.536	-	2.489	7.025
Transferências para o ativo financeiro	-	(226.860)	-	(226.860)
Transferências para o ativo intangível	-	(665.760)	(7.837)	(673.597)
Ajustes provisão redução do valor recuperável	-	7.053	-	7.053
Saldo em 30 de junho de 2022	4.658.543	2.127.660	112.692	6.898.895

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2022, está contemplado o valor de R\$18.661 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 13,04%.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo

custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	29.172	26.678
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	47.296	38.782
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	7.657	7.355
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	360.294	317.692
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	230.904	209.185
	675.323	599.692
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05 (d)	91.207	89.204
Contrato de Concessão – 079/00 (b)	156.124	151.858
Contrato de Concessão – 006/11 (c)	79.037	73.882
Contrato de Concessão – 006/97 (a)		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.673.066	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	1.983.786	1.749.699
	3.983.220	3.758.527
	4.658.543	4.358.219

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (“RAP”) determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Ativos RBSE – atualização pelo custo de capital regulatório

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor

pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Reajuste tarifário anual

Por meio da ReH nº 3.067 de 2022, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$MM	RAP ciclo 2022-2023 R\$MM	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
Contrato de Concessão – 006/11	IPCA	7,9	8,9	11,7%
		759,9	911,0	19,9%

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	9.234.095	7.831.942
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	Controlada em conjunto	158.357	125.172	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	Controlada em conjunto	57.273	59.013	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	Controlada em conjunto	51.819	46.722	-	-
Madeira Energia ("MESA") (2)	Coligada	3.479	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (2)	Coligada	2.890	-	-	-
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	Controlada em conjunto	216.147	200.385	-	-
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (3)	Controlada em conjunto	593.144	609.154	-	-
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	165.488	168.430	-	-
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	Controlada em conjunto	1.317.965	1.140.930	-	-
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (3)	Controlada em conjunto	907.469	932.600	-	-
Lightger S.A. ("Lightger")	Controlada em conjunto	132.937	124.275	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	6.135.596	6.942.666
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa")	Controlada em conjunto	1.678.670	1.580.379	1.678.670	1.580.379
Ativas Data Center S.A. ("Ativas Data Center")	Coligada	14.785	15.750	14.785	15.750
Gasmig	Controlada	-	-	1.516.288	1.635.985
Cemig Sim	Controlada	-	-	128.271	111.433
UFVs (1)	Controlada em conjunto	104.573	98.839	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axiom")	Controlada em conjunto	-	4.277	-	4.277
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas")	Controlada	-	-	67.098	60.703
Total do investimento		5.404.996	5.105.926	18.774.803	18.183.135
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara")	Controlada em conjunto	(14.239)	(20.767)	-	-
Madeira Energia S.A. ("MESA") (Usina de Santo Antônio) - Provisões para perdas	Coligada	-	(161.648)	-	-
Total		5.390.757	4.923.511	18.774.803	18.183.135

- (1) Conjunto de UFVs, nas quais a investida Cemig Sim possui participação societária.
(2) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
(3) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center.

Para o período findo em 30 de junho de 2022, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e não foram observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Controladora			
Investidas	31/12/2021	Amortização	30/06/2022
Lightger	76.488	(1.250)	75.238
Taesa	151.462	(4.661)	146.801
Gasmig	396.246	(7.628)	388.618
Sete Lagoas	(4.506)	122	(4.384)
Total	619.690	(13.417)	606.273

Consolidado			
Investidas	31/12/2021	Amortização	30/06/2022
Cemig Geração e Transmissão			
Retiro Baixo	27.798	(695)	27.103
Aliança Geração	301.605	(12.655)	288.950
Aliança Norte	46.660	(986)	45.674
Lightger	76.488	(1.250)	75.238
Taesa	151.462	(4.661)	146.801
Cemig Sim			
UFVs (1)	7.037	(168)	6.869
Total	611.050	(20.415)	590.635

a) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

Controladora						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	30/06/2022
Cemig Geração e Transmissão	7.831.942	1.402.153	-	-	-	9.234.095
Cemig Distribuição	6.942.666	(524.351)	(282.719)	-	-	6.135.596
Ativas Data Center	15.750	(965)	-	-	-	14.785
Gasmig	1.635.985	164.047	(284.137)	-	393	1.516.288
Cemig Sim	111.433	9.994	(3.424)	10.268	-	128.271
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Sete Lagoas	60.703	5.139	(5.744)	7.000	-	67.098
Taesa	1.580.379	239.893	(141.602)	-	-	1.678.670
Total	18.183.135	1.291.633	(717.626)	17.268	393	18.774.803

Consolidado						
Investidas	31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos / JCP	Aportes	Outros	30/06/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	8.060	(9.800)	-	-	57.273
Guanhães Energia	125.172	33.185	-	-	-	158.357
Hidrelétrica Pipoca	46.722	7.754	(2.657)	-	-	51.819
MESA (3)	-	3.479	-	-	-	3.479
FIP Melbourne (3)	-	2.890	-	-	-	2.890
Lightger	124.275	8.662	-	-	-	132.937
Baguari Energia	168.430	11.817	(14.759)	-	-	165.488
Amazônia Energia (4)	932.600	(25.131)	-	-	-	907.469
Aliança Norte (4)	609.154	(16.292)	-	282	-	593.144
Ativas Data Center	15.750	(965)	-	-	-	14.785
Taesa	1.580.379	239.893	(141.602)	-	-	1.678.670
Aliança Geração (5)	1.140.930	54.408	125.896	-	(3.269)	1.317.965
Retiro Baixo	200.385	15.762	-	-	-	216.147
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Janaúba")	2.699	1.780	-	-	-	4.479
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Corinto") (2)	9.258	1.190	-	-	(1.029)	9.419
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Manga") (2)	11.294	1.523	-	-	(949)	11.868
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Bonfinópolis II") (2)	6.432	607	-	-	(685)	6.354
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lagoa Grande") (2)	14.890	1.593	-	-	(1.211)	15.272
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Lontra") (2)	17.823	2.114	-	-	(1.230)	18.707
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mato Verde") (2)	6.130	791	-	-	(407)	6.514
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Mirabela") (2)	4.058	581	-	-	(353)	4.286
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha I") (2)	5.318	771	-	-	(808)	5.281
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Porteirinha II") (2)	6.384	849	-	-	(148)	7.085
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. ("UFV Brasilândia") (2)	14.553	1.676	-	-	(921)	15.308
Axxiom	4.277	(4.277)	-	-	-	-
Total do Investimento	5.105.926	352.720	(42.922)	282	(11.010)	5.404.996
Itaocara - Passivo a descoberto	(20.767)	6.528	-	-	-	(14.239)
MESA (3) - Provisões para perdas (1)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	4.923.511	520.896	(42.922)	282	(11.010)	5.390.757

- (1) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 23 de maio de 2022, foi aprovada, por meio de AGE, a redução de capital social dessas UVFs.
- (3) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (4) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (5) Em 24 de março de 2022, foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de dividendos a pagar para a reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	335.189	1.820.578
Proposta de dividendos feita pelas investidas	42.922	717.626
IRRF sobre JCP declarados por investidas	-	(42.407)
Recebimentos	(181.747)	(459.160)
Saldo em 30 de junho de 2022	196.364	2.036.637

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	30/06/2022			31/12/2021		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.123.724	9.158.858	100,00	4.123.724	7.755.454
MESA (4)	24.796.536.323	7,58	12.202.337	84.007	15,51	10.619.786	1.492.037
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	116.884	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	323.178	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	106.317	49,00	41.360	93.385
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	238.500	69,39	186.573	242.736
Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	134.280	100,00	85.835	128.466
Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	209.531	100,00	274.867	206.783
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	117.753	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (5)	41.944.404.287	49,00	1.209.542	1.117.285	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (1) (5)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.218.079	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.286.699	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	378.848	49,90	225.350	345.868
Itaocara	156.259.500	49,00	156.259	(29.059)	49,00	156.259	(42.381)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	78	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.688.562	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande	405.267.607	100,00	405.268	548.405	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100,00	151.309	215.472	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100,00	113.499	172.256	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul	148.146.505	100,00	148.147	234.797	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste	100.568.929	100,00	100.569	151.825	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100,00	60.595	117.353	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	119.989	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	139.442	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	66.073	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH	45.952.000	100,00	45.952	102.661	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo (2)	97.161.578	100,00	97.162	163.751	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	9.790	100,00	486	7.734
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	2.258	100,00	1.000	2.158
Centroeste	28.000.000	100,00	28.000	122.957	100,00	28.000	122.079
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	6.135.596	100,00	5.371.998	6.942.666
Taesá	1.033.496.721	21,68	3.042.034	7.154.162	21,68	3.042.034	6.684.756
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	75.431	19,60	182.063	80.358
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.132.541	99,57	665.429	1.245.093
Cemig Sim	24.431.845	100,00	102.153	128.271	100,00	102.153	111.433
Sete Lagoas	36.857.080	100,00	36.857	71.482	100,00	36.857	65.210
Axxiom	68.064.706	49,00	68.065	(9.318)	49,00	68.065	8.728
UFV Janaúba	18.509.900	49,00	6.510	9.137	49,00	6.510	5.507
UFV Corinto	18.000.000	49,00	15.900	19.220	49,00	18.000	18.893
UFV Manga	21.235.933	49,00	19.300	23.347	49,00	21.661	22.155
UFV Bonfinópolis	13.197.187	49,00	11.800	13.069	49,00	13.197	13.226
UFV Lagoa Grande	25.471.844	49,00	23.000	27.127	49,00	25.472	26.249
UFV Lontra	29.010.219	49,00	26.500	31.376	49,00	29.010	29.406
UFV Mato Verde	11.030.391	49,00	10.200	12.148	49,00	11.030	11.337
UFV Mirabela	9.320.875	49,00	8.600	9.887	49,00	9.321	9.450
UFV Porteirinha I	12.348.392	49,00	10.700	12.480	49,00	12.348	12.596
UFV Porteirinha II	11.702.733	49,00	11.400	13.361	49,00	11.703	11.904
UFV Brasilândia	25.629.900	49,00	24.000	28.240	49,00	25.879	26.625

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

- (2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.
- (3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.
- (4) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessa investida.
- (5) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessa investida.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor – em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Cemig GT possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 30 de junho de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$719.842. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de Project Finance estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.551, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,055% para 72,364%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,58%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Considerando a manutenção da influência significativa da Cemig GT sobre a investida, com fundamento no Acordo de Acionistas vigente em 30 de junho de 2022, a Cemig GT manteve a mensuração do investimento em MESA pela equivalência patrimonial no encerramento do 2º trimestre de 2022.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA, que passa a ser composto por 11 membros, sendo assegurado o direito de Cemig GT e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente, até que sejam integralmente exoneradas e liberadas de todas e quaisquer responsabilidades, obrigações e garantias prestadas perante MESA e SAE no âmbito dos contratos e instrumentos de financiamento, inclusive relacionadas à aquisição de energia elétrica. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas, não houve desqualificação da influência significativa da Cemig GT sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado e a consequente entrada de recursos financeiros para fazer jus às obrigações resultantes do CCI nº 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Cemig GT, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Cemig GT reverteu a referida provisão, que em 31 de maio de 2022 alcançou o montante de R\$170.916, correspondente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Procedimento arbitral CAM-115/2018 – Madeira Energia S.A.

Em 2018, a SAAG e a Cemig GT instauraram o Procedimento Arbitral CAM-115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que confirmou integralmente os termos da sentença.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Cemig GT na MESA, deveria ser aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A MESA informou que em 29 de abril de 2022 foi notificada pelo acionista Furnas, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022 foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos da MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo, permanecendo o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve a provisão relativa à redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o seu cumprimento.

Com a diluição societária ocorrida em junho de 2022, as participações societárias direta e indireta da Companhia na MESA passaram de 8,54% e 6,97% para 4,14% e 3,44%, respectivamente. No caso de serem efetivados os efeitos da sentença arbitral CAM-115/2018, as participações societárias da Cemig GT passarão de 4,14% e 3,44% para 4,43% e 3,68%, respectivamente.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 04 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 04 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 07 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

A SAE reiterou que a arbitragem e a ação tramitam em segredo de justiça e os acordos realizados são revestidos de confidencialidade.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$54.294 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2022 é de R\$3.061 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Contrato de compra e venda de ações para aquisição de SPEs detentoras de UFVs

Em 07 de abril de 2022, a Cemig Sim celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações e outras Avenças (CCVAs) para aquisição de 49% de participação societária em 6 Sociedades de Propósitos Específicos – SPEs, detidas pela G2 Energia e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“G2”) e pela Apolo Empreendimentos e Energia Ltda. (“Apolo”). As Sociedades de Propósito Específico são detentoras de 6 usinas fotovoltaicas localizadas em Lavras-MG, que operam na modalidade de minigeração distribuída compartilhada, totalizando 18,5MWp de potência. As Usinas, atenderão, em conjunto, a cerca de 1.800 clientes do mercado residencial, comercial e industrial de baixa tensão, com redução da emissão de 1.700 toneladas de CO₂/ano.

A celebração do contrato decorreu do exercício de opções de compra de ações outorgadas à Cemig Sim por meio do *Term Sheet* celebrado em novembro de 2020. As Operações foram submetidas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo esta uma condição suspensiva ao Fechamento das Operações.

Em 04 de agosto de 2022, foi concluída a aquisição da participação societária de 4 SPEs objeto dos CCVAs, diante da implementação de todas as condições suspensivas para tanto, conforme tabela abaixo:

	Usina	Potência (MWp)	Patrimônio Líquido na data da aquisição	Preço de aquisição ajustado	Retenção
G2 OLARIA 1 ENERGIA S.A.	Olaria 1	3,25	13.329	7.047	(1.057)
G2 CAMPO LINDO 1 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 1	3,25	13.361	7.067	(1.060)
G2 CAMPO LINDO 2 ENERGIA S.A.	Campo Lindo 2	3,25	14.226	7.046	(1.057)
APOLO 1 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 1	2,75	9.389	5.925	(889)
G2 OLARIA 2 ENERGIA S/A	Olaria 2	3,25	-	-	-
APOLO 2 SPE EMPREENDIMENTOS E ENERGIA S/A	Apolo 2	2,75	-	-	-
Total		18,5	50.305	27.085	(4.063)

O valor da aquisição corresponde a R\$27.085, sendo efetivamente pago, na data do fechamento, o montante de R\$23.022. O restante, no valor de R\$4.063, que representa 15% do preço de aquisição, foi retido pela Cemig SIM, como garantia ao cumprimento da obrigação, da Vendedora, de indenizar a Compradora, nos termos contratuais, sendo que a liberação do valor retido em garantia à Vendedora depende da ocorrência de determinados eventos, conforme previsto no contrato.

Os fechamentos das operações de aquisição de participação societária nas SPEs Olaria 1 e Apolo 2 dependem da implementação das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações, sendo o montante estimado para tanto de R\$12.054, sujeito aos mecanismos de ajustes de preço previstos no referido contrato.

Aquisição de participação societária em SPEs detentoras de UFVs – Combinação de negócios

Em 29 de junho de 2022, a Cemig aprovou a aquisição, por meio de sua subsidiária integral Cemig Sim, de 100% da participação societária detida pela Genesys Participação Societária Ltda e pelo Sr. Antônio Carlos Torres, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) detentoras das usinas fotovoltaicas listadas abaixo. As usinas, localizadas em Minas Gerais,

encontram-se em fase de construção, sendo que o fechamento da operação, além de estar sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais neste tipo de transação, se dará somente após a entrada em operação das usinas.

O valor estimado da operação é de aproximadamente R\$100 milhões, conforme tabela abaixo, sendo previsto earn-out de R\$2 milhões a depender dos resultados efetivos da UFV Prudente de Moraes:

	Potência (MWp)	Valor estimado da operação	Previsão de entrada em operação
UFV Prudente de Moraes	6,46	41.000	07/2022
UFV Montes Claros	3,2	20.000	09/2022
UFV Jequitibá	6,25	39.000	02/2023
Total	16,21	100.000	

Conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado

Em 28 de abril de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais – SEDE MG (“SEDE”), órgão estadual responsável pela regulação e homologação das tarifas do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado, publicou a conclusão da revisão tarifária do serviço de distribuição de gás natural canalizado, com os seguintes efeitos, aprovados por meio da Resolução SEDE nº 21: custo de capital de 8,71% a.a.; custos operacionais dentro da cobertura regulatória, e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Gasmig. Considerando os efeitos mencionados, o índice de reposicionamento tarifário ordinário médio foi de -10,05% sobre as margens vigentes desde fevereiro de 2022.

Tendo em vista que os efeitos são retroativos a fevereiro de 2022, as diferenças das margens aprovadas em relação às margens vigentes serão captadas pela conta compensatória entre 1º de fevereiro de 2022 e a homologação do reajuste.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – Investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de

propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighth (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com

as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	247.028	(27.421)	219.607	246.605	(25.822)	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3.301.813	(2.392.219)	909.594	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.090.774	(850.374)	240.400	1.085.943	(837.942)	248.001
Máquinas e equipamentos	2.714.906	(2.023.775)	691.131	2.672.848	(1.975.923)	696.925
Veículos	20.602	(19.468)	1.134	20.632	(19.260)	1.372
Móveis e utensílios	13.735	(11.368)	2.367	13.747	(11.230)	2.517
	7.388.858	(5.324.625)	2.064.233	7.335.603	(5.222.183)	2.113.420
Em curso	308.478	-	308.478	305.849	-	305.849
Imobilizado líquido	7.697.336	(5.324.625)	2.372.711	7.641.452	(5.222.183)	2.419.269

Controladora	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(25)	30	55	(24)	31
Máquinas e equipamentos	5.200	(5.104)	96	5.200	(4.962)	238
Móveis e utensílios	727	(697)	30	727	(693)	34
	6.064	(5.826)	238	6.064	(5.679)	385
Em curso	1.026	-	1.026	1.026	-	1.026
Imobilizado líquido	7.090	(5.826)	1.264	7.090	(5.679)	1.411

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Reversão de provisão	Depreciação	Transferência	Saldo em 30/06/2022
Em serviço							
Terrenos (1)	220.783	-	-	-	(1.599)	423	219.607
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	-	(40.445)	6.217	909.594
Edificações, obras civis e benfeitorias	248.001	-	-	-	(8.720)	1.119	240.400
Máquinas e equipamentos	696.925	-	(8.661)	-	(34.505)	37.372	691.131
Veículos	1.372	-	-	-	(238)	-	1.134
Móveis e utensílios	2.517	-	-	-	(150)	-	2.367
	2.113.420	-	(8.661)	-	(85.657)	45.131	2.064.233
Em curso	305.849	46.977	-	783	-	(45.131)	308.478
Imobilizado líquido	2.419.269	46.977	(8.661)	783	(85.657)	-	2.372.711

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	Saldo em 30/06/2022
Em serviço			
Terrenos	82		82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	31	(1)	30
Máquinas e equipamentos	238	(142)	96
Móveis e utensílios	34	(4)	30
	385	(147)	238
Em curso	1.026		1.026
Imobilizado líquido	1.411	(147)	1.264

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto

da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.049	220.009
Depreciação acumulada			(130.555)	(126.583)
Total em operação			89.494	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	71	43
Total em construção			71	43
Total			89.565	93.469

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(5.065)	9.627	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.805)	4.794	13.599	(8.493)	5.106
Ativos de concessão	22.131.354	(10.016.002)	12.115.352	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704
Ativos de concessão - GSF	1.031.810	(132.776)	899.034	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	78.697	(75.437)	3.260	78.347	(73.854)	4.493
	23.270.152	(10.238.085)	13.032.067	22.614.363	(9.822.029)	12.792.334
Em curso	152.981	-	152.981	160.983	-	160.983
Intangível líquido	23.423.133	(10.238.085)	13.185.048	22.775.346	(9.822.029)	12.953.317

Controladora	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.565	(12.819)	746	13.564	(12.273)	1.291
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
	13.573	(12.827)	746	13.572	(12.281)	1.291
Em curso	119	-	119	89	-	89
Intangível líquido	13.692	(12.827)	865	13.661	(12.281)	1.380

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2022
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.966	-	-	(339)	-	9.627
Concessão onerosa	5.106	-	-	(312)	-	4.794
Ativos de concessão	11.806.704	-	(10.549)	(389.294)	708.491	12.115.352
Ativos de concessão - GSF	966.065	-	-	(67.031)	-	899.034
Outros	4.493	-	-	(1.593)	360	3.260
	12.792.334	-	(10.549)	(458.569)	708.851	13.032.067
Em curso	160.983	27.270	(5)	-	(35.267)	152.981
Intangível líquido	12.953.317	27.270	(10.554)	(458.569)	673.584	13.185.048

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$673.584.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2022
Em serviço				
Direito de uso de softwares	1.291	-	(545)	746
	1.291	-	(545)	746
Em curso	89	30	-	119
Intangível líquido	1.380	30	(545)	865

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$388.618 (R\$396.246 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº 15, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Os ativos de concessão incluem os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante total de R\$110.709 (R\$116.446 em 31 de dezembro de 2021), que são reconhecidos no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, nos termos da ReH 2.919/2021.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021,

incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

18. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.567	34.026	225.593
Amortização (1)	(5.205)	(22.811)	(28.016)
Baixa (contratos encerrados)	(3.960)	(513)	(4.473)
Adição	5.254	3.109	8.363
Remensuração (2)	(725)	578	(147)
Saldos em 30 de junho de 2022	186.931	14.389	201.320

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$313 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$276 no período de janeiro a junho de 2021).

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.050	2.050
Amortização (1)	(43)	(43)
Saldos em 30 de junho de 2022	2.007	2.007

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$3 em 30 de junho de 2022 (R\$3 em 30 de junho de 2021).

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.023	2.252
Adição	8.363	-
Direito de uso recebido na combinação de negócios	(159)	-
Juros incorridos (1)	13.372	140
Pagamentos efetuados	(36.922)	(143)
Pagamentos juros	(1.147)	(5)
Baixa (contratos encerrados)	(4.767)	-
Remensuração (2)	(147)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	222.616	2.244
Passivo circulante	38.950	277
Passivo não circulante	183.666	1.967

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$899 e R\$10 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$840 e R\$10 no período de janeiro a junho de 2021), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	622.778	222.616	6.959	2.244
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	54.928	18.577	644	208

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2022	26.633	148
2023	36.199	296
2024	27.705	296
2025	27.567	296
2026	27.412	296
2027 a 2047	477.262	5.627
Valores não descontados	622.778	6.959
Juros embutidos	(400.162)	(4.715)
Passivo de arrendamento	222.616	2.244

19. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Energia de curto prazo - CCEE	102.326	129.957	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	179.997	175.476	95	95
Energia elétrica comprada para revenda	1.123.881	1.314.197	109.844	62.322
Itaipu binacional	130.697	331.118	-	-
Gás comprado para revenda	265.317	227.683	-	-
Materiais e serviços	583.362	504.912	458	2.265
	2.385.580	2.683.343	110.397	64.682

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	88.196	123.928	13.565	2.616
Cofins (1)	167.327	166.482	16.794	30.030
PIS/Pasep (1)	36.250	36.180	3.618	6.496
INSS	37.938	36.178	1.850	1.940
Outros (2)	88.462	165.328	32.574	91.682
	418.173	528.096	68.401	132.764
Não circulante				
Cofins (1)	299.333	280.690	-	-
PIS/Pasep (1)	65.045	60.999	-	-
	364.378	341.689	-	-
	782.551	869.785	68.401	132.764
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	2.579.363	704.025	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	213.869	2.318.910	-	-
	2.793.232	3.022.935	-	-

- (1) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D e pela Gasmig em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.793.232, conforme detalhado na nota explicativa nº 8a, já tendo sido restituído o montante de R\$2.518.806 até junho de 2022 (R\$1.583.314 até dezembro de 2021).

Em complemento ao passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, a Cemig D registrou, em junho de 2022, o montante atualizado de R\$624.251 decorrentes da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22. A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

Adicionalmente foi registrado, pela Cemig D, como provisão o valor de R\$1.405.106 referente à obrigação de devolução integral do referido crédito tributário aos consumidores, com fundamento na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de seus assessores legais, consubstanciada no montante excedente àquele incluído no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente ao período a partir do 11º ano,

contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. Para mais informações, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigorou de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente.
- Em 22 de junho de 2022, A Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2022, que vigora desde 22 de junho de 2022 até 27 de maio de 2023, do componente financeiro negativo de R\$2.810.830, correspondente à devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 8a. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

A controlada Gasmig registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do semestre, sendo este no montante de R\$180.484. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais e legislação que serão emitidas.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				30/06/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (7)	2024	9,25%	US\$	39.585	5.237.999	5.277.584	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(7.014)	(7.014)	(8.220)
(±) Recursos antecipados (2)				-	(11.444)	(11.444)	(13.356)
Dívida em moeda estrangeira				39.585	5.219.541	5.259.126	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	3.231	765	3.996	5.647
Sonda (8)	2022	110,00% do CDI	R\$	55.554	-	55.554	52.430
Dívida em moeda nacional				58.785	765	59.550	58.077
Total de empréstimos e financiamento				98.370	5.220.306	5.318.676	5.659.174
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	304.968	578.141	883.109	1.147.465
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (3)	2024	CDI + 0,45%	R\$	545.484	540.000	1.085.484	1.355.933
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.950	1.848.320	1.851.270	1.759.628
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª Série (3)	2027	CDI + 1,35%	R\$	272	500.000	500.272	-
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Série (3)	2029	IPCA + 6,10%	R\$	118	502.462	502.580	-
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (5)	2022	TJLP+1,82%	R\$	5.045	-	5.045	10.028
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R\$	2.207	-	2.207	4.376
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (5)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	4.821	-	4.821	10.597
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (5)	2022	Selic + 1,82%	R\$	2.615	-	2.615	5.201
Debêntures - 7ª emissão - Série única (5)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.044	20.000	40.044	40.049
Debêntures - 8ª emissão - Série única (5)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	19.333	1.021.470	1.040.803	986.446
(-) Deságio na emissão de debêntures (6)				-	(13.740)	(13.740)	(15.002)
(-) Custos de Transação				(3.018)	(35.323)	(38.341)	(28.299)
Total de debêntures				904.839	4.961.330	5.866.169	5.704.789
Total geral consolidado				1.003.209	10.181.636	11.184.845	11.363.963

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				30/06/2022			31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (8)	2021	110,00% do CDI	R\$	55.554	-	55.554	52.430
Total de empréstimos e financiamentos				55.554	-	55.554	52.430

- (1) Cemig Geração e Transmissão.
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (3) Cemig Distribuição.
- (4) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (5) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- (6) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (7) Em agosto de 2021, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.
- (8) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Captações de recursos

Em 29 de junho de 2022, a Cemig D concluiu a liquidação da sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no valor total de R\$1.000.000, as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM.

Foram subscritas, no âmbito da Oferta Restrita: (i) 1ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de CDI + 1,35%, com vencimento em 5 anos,

cujos recursos serão destinados à recomposição de caixa da Companhia; e (ii) 2ª série: 500 mil Debêntures, perfazendo o valor de R\$500.000, à taxa de remuneração de IPCA + 6,1052%, com vencimento em 7 anos, cujos recursos serão alocados no reembolso de gastos relacionados a projeto de distribuição de energia elétrica, conforme detalhado nos documentos da emissão das Debêntures.

Financiadores	Data de entrada	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª série	Junho de 2022	2027	CDI + 1,35%	500.000
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª série	Junho de 2022	2029	6,10% do IPCA	500.000
(-) Custos de transação				(12.050)
(-) Deságio (1)				(375)
Total de captações				987.575

(1) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2022, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2022
Nota promissória, aval e fiança	6.141.941
Aval e recebíveis	2.918.043
Fiança	990.433
Recebíveis	18.510
Ações	55.554
Sem garantia	1.060.364
TOTAL	11.184.845

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	39.585	-	5.237.999	-	-	-	5.277.584
Total por moedas	39.585	-	5.237.999	-	-	-	5.277.584
Indexadores							
IPCA (1)	38.293	289.076	397.224	1.327.396	1.044.333	1.181.440	4.277.762
UFIR/RGR (2)	1.617	2.379	-	-	-	-	3.996
CDI (3)	318.936	597.240	270.000	-	-	500.000	1.686.176
URTJ/TJLP (4)	9.866	-	-	-	-	-	9.866
Total por indexadores	368.712	888.695	667.224	1.327.396	1.044.333	1.681.440	5.977.800
(-) Custos de transação	(2.590)	(3.138)	(7.011)	(4.164)	(4.174)	(24.278)	(45.355)
(±) Recursos antecipados	-	-	(11.444)	-	-	-	(11.444)
(-) Deságio	-	-	-	(6.683)	(6.683)	(374)	(13.740)
Total geral	405.707	885.557	5.886.768	1.316.549	1.033.476	1.656.788	11.184.845

Controladora	2022	Total
Indexadores		
CDI (3)	55.554	55.554
Total geral	55.554	55.554

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos períodos apresentados:

Moeda	Varição % acumulada no primeiro semestre de 2022	Varição % acumulada no primeiro semestre de 2021	Indexador	Varição % acumulada no primeiro semestre de 2022	Varição % acumulada no primeiro semestre de 2021
Dólar Norte-Americano	(6,14)	(3,74)	IPCA	5,49	3,77
			CDI	5,36	1,26
			TJLP	28,20	1,32

Moeda	Varição acumulada no período de abril a junho de 2022 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2022 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	10,56	(12,20)	IPCA	2,22	1,68
			CDI	2,86	0,77
			TJLP	12,17	5,01

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.363.963	52.430
Empréstimos obtidos	1.000.000	-
Custos de transação	(12.050)	-
Deságio na emissão de debêntures	(375)	-
Empréstimos obtidos líquidos	987.575	-
Varição monetária	142.838	-
Varição cambial	(342.500)	-
Encargos financeiros provisionados	478.329	3.124
Amortização do custo de transação	3.210	-
Encargos financeiros pagos	(475.481)	-
Amortização de financiamentos	(973.089)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	11.184.845	55.554

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Encargos de empréstimos e financiamentos	478.329	602.204
Encargos financeiros capitalizados nos ativos de contrato	(18.661)	(12.872)
Efeito líquido no resultado	459.668	589.332

(1) A taxa média de capitalização foi de 13,04% a.a. em 30 de junho de 2022 (7,78% a.a. em 30 de junho de 2021).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds Cemig GT (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
Gasmig (2)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (3)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual

- O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscimo de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.001	28.198
Conta de desenvolvimento energético – CDE	149.524	109.618
Taxa de fiscalização da Aneel	2.839	2.526
Eficiência energética	236.394	237.426
Pesquisa e desenvolvimento	124.068	112.267
Pesquisa expansão sistema energético	3.597	4.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	7.208	8.759
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - Proinfa	13.619	16.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	6.539	5.374
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	251.837
CDE sobre P&D	2.293	2.767
CDE sobre PEE	3.330	4.583
Outros	4.624	4.638
	608.377	815.318
Passivo circulante	551.046	610.695
Passivo não circulante	57.331	204.623

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	2.670.153	3.468.504	66.017	6.204.674
Despesa reconhecida no resultado	142.409	188.996	3.633	335.038
Contribuições pagas	(131.667)	(95.436)	(1.824)	(228.927)
Passivo líquido em 30 de junho de 2022	2.680.895	3.562.064	67.826	6.310.785
			30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante			366.545	346.733
Passivo não circulante			5.944.240	5.857.941

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	498.434	220.585	5.047	724.066
Despesa reconhecida no resultado	26.623	11.808	273	38.704
Contribuições pagas	(6.481)	(5.419)	(111)	(12.011)
Passivo líquido em 30 de junho de 2022	518.576	226.974	5.209	750.759
			30/06/2022	31/12/2021
Passivo circulante			28.047	26.917
Passivo não circulante			722.712	697.149

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$304.765 (R\$215.971 no primeiro semestre de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$30.273 (R\$34.148 no primeiro semestre de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$415.438 e R\$59.495.

Em fevereiro de 2022, a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. O referido processo encontra-se atualmente em pauta para julgamento de Recurso Ordinário.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$329.342 (R\$384.513 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2022, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$534.185 (R\$538.934 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$ 344.2,34, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$189.951. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$ 11.636 (R\$6.783 em 31 de dezembro de

2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recusado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$ 3.586 em 30 de junho de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$251.644, através de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

24. PROVISÕES

	Consolidado				
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2022
Provisões operacionais (a)					
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores	-	1.405.106	-	-	1.405.106
Provisões para contingências (b)					
Trabalhistas	403.934	48.764	(9.075)	(44.115)	399.508
Cíveis					
Relações de consumo	32.235	19.424	-	(14.214)	37.445
Outras ações cíveis	38.548	8.399	(462)	(4.688)	41.797
	70.783	27.823	(462)	(18.902)	79.242
Tributárias	1.295.661	65.455	-	(2.729)	1.358.387
Regulatórias	47.842	6.629	(4.847)	(4.420)	45.204
Outras	70.752	12.804	(5.702)	(8.347)	69.507
Total	1.888.972	1.566.581	(20.086)	(78.513)	3.356.954

	Controladora				30/06/2022
	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	
Trabalhistas	43.075	3.908	-	(2.467)	44.516
Cíveis					
Relações de consumo	1.220	501	-	(145)	1.576
Outras ações cíveis	2.421	1.020	-	(2)	3.439
	3.641	1.521	-	(147)	5.015
Tributárias	177.722	9.340	-	(2.122)	184.940
Regulatórias	11.166	4.147	(3.176)	(4.125)	8.012
Outras	1.391	386	(185)	(364)	1.228
Total	236.995	19.302	(3.361)	(9.225)	243.711

a) Provisões operacionais

Em 27 de junho de 2022, foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. Como consequência, foi constituída uma provisão no montante atualizado de R\$1.405.106 que representa os valores excedentes àqueles incluídos no Reajuste Tarifário Anual de 2022, referente aos períodos alcançados pela prescrição civil, a partir do 11º ano, contados retroativamente à data do trânsito em julgado da ação. O saldo registrado está líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira auferida sobre suas atualizações.

A Administração da Companhia aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

b) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.528.157 (R\$1.570.680 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$399.508 foram provisionados (R\$403.934 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$254.288 (R\$180.858 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$37.445 (R\$32.235 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$544.838 (R\$460.540 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$41.796 (R\$38.548 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$240.184 (R\$212.312 em 31 de dezembro

de 2021), dos quais R\$20.590 (R\$19.041 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$90.742 (R\$86.847 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$3.566 foram provisionados (R\$3.432 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.735.454 (R\$1.433.086 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.333.049 (R\$1.272.036 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$194.697 (R\$199.430 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.183 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas

relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$437.178 (R\$385.244 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$45.204 (R\$47.842 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Quebra de Contrato – Prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$60.367 (R\$55.193 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$456.917 (R\$419.869 em 31 de dezembro de 2021) dos quais R\$882 (R\$810 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$443.264 (R\$401.589 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$8.258 foram provisionados (R\$14.749 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em razão da perda do direito aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram o recolhimento

do Imposto de Renda e da Contribuição Previdenciária sobre o valor pago, sob o entendimento de não há tributação sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia possível e para evitar o risco de multa futura, a Companhia e suas controladas ajuizaram ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$121.834, o qual, atualizado, corresponde a R\$296.350 (R\$290.198 em 31 de dezembro de 2021). Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ, mantendo-se a classificação de perda desta demanda como possível, com provisão do valor integral em depósito judicial. Para a ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante da sua atual fase processual, mantém-se também a classificação de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$126.790 (R\$121.223 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$246.712 (R\$239.467 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações

de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$483.384 (R\$453.924 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia avaliou e classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou cinco autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 30 de junho de 2022, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$159.176 (R\$139.938 em 31 de dezembro de 2021). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais e o procedimento suspendeu os autos de infração acima.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$63.014 (R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfra e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$169.798 (R\$161.780 em 31 de dezembro de

2021) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.387.680 (R\$1.269.402 em 31 de dezembro de 2021), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$472.647 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Ineficiência na prestação de serviços

Ação civil pública ajuizada pelo MPMG contra a Companhia em razão da suposta ineficiência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica para os consumidores do município de Rio Vermelho. Considerando que a contestação da Companhia foi apresentada,

aguarda-se o início da instrução probatória. O valor da contingência é de R\$286.214 em 30 de junho de 2022. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em razão da documentação recebida, bem como a natureza da ação.

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$446.745 (R\$413.375 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões ambientais

Impactos ambientais decorrentes de construção de usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$133.309 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$216.184 (R\$198.144 em 31 de dezembro de 2021). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$89.844 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2022, o capital social da Companhia é de R\$11.006.853 (R\$8.466.810 em 31 de dezembro de 2021), representado por 735.847.624 ações ordinárias e 1.465.523.064 preferenciais (566.036.634 e 1.127.325.434 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital

Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas de lucro excederam o capital social em R\$1.522.600, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) aprovou, em 29 de abril de 2022, a proposta de aumento do capital social de R\$8.466.810 para R\$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, mediante a capitalização de R\$2.540.043 provenientes da reserva de retenção de lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 novas ações, ao valor nominal de R\$5,00, sendo 169.810.990 e 338.197.630 de ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, conforme estatuto social.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 29 de abril de 2022, com a emissão de 508.008.620 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021 (Reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	735.847.624	735.847.624
Ações em tesouraria	(102)	(102)
Total ações ordinárias	735.847.522	735.847.522
Ações preferenciais já capitalizadas	1.465.523.064	1.465.523.064
Ações em tesouraria	(846.062)	(846.062)
Total ações preferenciais	1.464.677.002	1.464.677.002
Total	2.200.524.524	2.200.524.524

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do período (A)	1.504.709	2.368.269
Total de ações (B)	2.200.524.524	2.200.524.524
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,68	1,08

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 30, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não

provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

c) Remuneração dos acionistas

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais. Em 07 de junho de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no montante de R\$353.000, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 24 de junho de 2022, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2022, com retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, nos casos em que há incidência deste tributo nos termos da legislação em vigor, que alcançou o montante de R\$32.112.

26. RECEITA

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	16.148.608	13.789.570	818.393	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	1.772.420	1.657.608	-	-
CVA e outros componentes financeiros (c)	(972.040)	792.651	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	935.491	430.911	-	-
Receita de operação e manutenção (d)	210.272	164.198	-	-
Receita de construção de transmissão (d)	169.268	62.133	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 13)	396.508	297.122	-	-
Receita de construção de distribuição	1.136.536	738.437	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	38.762	20.026	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	292.863	243.404	-	-
Liquidação na CCEE (g)	(1.781)	108.088	9.048	-
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE (h)	205.849	-	-	-
Fornecimento de gás	2.069.435	1.543.629	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(51.199)	(44.904)	-	-
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais (i)	1.285.074	849.766	208	200
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (j)	(7.575.238)	(6.341.886)	(112.801)	(42)
Receita operacional líquida	16.060.828	14.464.723	714.848	158

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	7.844.552	6.837.733	503.944	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	912.976	820.873	-	-
CVA e outros componentes financeiros (c)	(271.933)	453.744	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização (1)	498.773	252.538	-	-
Receita de operação e manutenção (d)	126.485	75.036	-	-
Receita de construção de transmissão (d)	100.873	39.682	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 13)	204.563	139.867	-	-
Receita de construção de distribuição	695.971	409.128	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	19.030	9.120	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	161.268	118.844	-	-
Liquidação na CCEE (g)	16.889	1.043	(1.390)	-
Transações no mecanismo de venda de excedentes - MVE (h)	66.855	-	-	-
Fornecimento de gás	1.113.427	838.444	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(19.305)	(14.335)	-	-
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais (i)	783.716	436.904	99	109
Tributos e encargos incidentes sobre a receita (j)	(4.040.760)	(3.218.609)	(74.360)	(34)
Receita operacional líquida	8.213.380	7.353.982	428.293	75

(1) Mais informações na nota explicativa nº 8 a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Residencial	5.609.896	5.641.592	5.839.836	5.280.570
Industrial	8.756.295	7.859.762	2.913.667	2.479.825
Comércio, serviços e outros	4.583.810	4.098.721	3.398.983	2.584.188
Rural	1.390.669	1.919.300	1.031.640	1.164.034
Poder público	427.628	358.362	355.340	265.367
Iluminação pública	570.596	670.035	303.579	361.053
Serviço público	691.906	699.867	467.115	391.974
Subtotal	22.030.800	21.247.639	14.310.160	12.527.011
Consumo próprio	16.711	16.832	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	51.047	(49.934)
	22.047.511	21.264.471	14.361.207	12.477.077
Suprimento a outras concessionárias (2)	6.415.288	5.328.247	1.751.233	1.404.260
Suprimento não faturado líquido	-	-	36.168	(91.767)
Total	28.462.799	26.592.718	16.148.608	13.789.570

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Residencial	2.768.128	2.766.585	2.724.030	2.620.985
Industrial	4.597.875	4.058.047	1.520.467	1.269.674
Comércio, serviços e outros	2.307.390	1.992.781	1.655.806	1.263.457
Rural	844.733	1.074.926	541.861	629.219
Poder público	223.437	171.645	176.026	128.263
Iluminação pública	285.585	314.679	136.207	149.098
Serviço público	351.948	352.752	220.138	197.094
Subtotal	11.379.096	10.731.415	6.974.535	6.257.790
Consumo próprio	6.857	8.272	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(26.837)	(55.728)
	11.385.953	10.739.687	6.947.698	6.202.062
Suprimento a outras concessionárias	3.259.639	2.612.137	884.910	653.719
Suprimento não faturado líquido	-	-	11.944	(18.048)
Total	14.645.592	13.351.824	7.844.552	6.837.733

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD

	MWh (1)	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Industrial	10.171.549	10.101.082
Comercial	856.422	722.967
Rural	21.114	20.347
Serviço Público	262	1.551
Poder Público	1.276	-
Concessionárias	137.291	124.337
Total	11.187.914	10.970.284

	MWh (1)	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Industrial	5.236.044	5.118.220
Comercial	422.505	356.817
Rural	9.128	10.560
Serviço Público	-	900
Poder Público	666	-
Concessionárias	73.729	52.220
Total	5.742.072	5.538.717

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

c) Receita de concessão da transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Receita de construção e melhorias	169.268	62.133	100.873	39.682
Custo de construção e melhorias	(125.886)	(47.124)	(75.190)	(28.059)
Margem	43.382	15.009	25.683	11.623
Mark-up (%)	34,46%	31,85%	34,16%	41,42%
Receita de operação e manutenção	210.272	164.198	126.485	75.036
Custo de operação e manutenção	(137.387)	(120.905)	(68.833)	(53.805)
Margem	72.885	43.293	57.652	21.231
Mark-up (%)	53,05%	35,81%	83,76%	39,46%

d) Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Serviço taxado	9.098	7.932
Prestações de serviços	31.205	26.922
Subvenções - Baixa renda	150.544	131.929
Subvenções (1)	744.502	551.953
Aluguel e arrendamento (2)	321.978	98.312
Outras	27.747	32.718
Total	1.285.074	849.766

	Consolidado	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Serviço taxado	4.804	3.950
Prestações de serviços	16.186	13.613
Subvenções - Baixa renda	78.184	66.683
Subvenções (1)	421.605	279.965
Aluguel e arrendamento (2)	258.186	51.200
Outras	4.751	21.493
Total	783.716	436.904

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$485.093 de janeiro a junho de 2022 (R\$494.424 de janeiro a junho de 2021) e R\$239.152 no segundo trimestre de 2022 (R\$246.577 no segundo trimestre de 2021), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$251.489 de janeiro a junho de 2022 (R\$46.057 de janeiro a junho de 2021) e R\$175.399 no segundo trimestre de 2022 (R\$27.583 no segundo trimestre de 2021), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; a reversão de R\$5.433 de janeiro a junho de 2022, e constituição de R\$52 no segundo trimestre de 2022, da receita reconhecida em dezembro de 2021 em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica; e a receita de subvenções vinculadas ao uso do sistema de transmissão no montante de R\$13.353 de janeiro a junho de 2022 (R\$11.472 de janeiro a junho de 2021) e R\$7.002 no segundo trimestre de 2022 (R\$5.805 no segundo trimestre de 2021).
- (2) Compreende o montante R\$186.871 relativo ao Termo de acordo de reconhecimento de dívida (TARD) firmado com grande cliente em junho de 2022, referente à utilização de infraestrutura (postes) durante o período de janeiro de 2019 a maio de 2022. Este valor e sua respectiva correção monetária no montante de R\$10.344 serão recebidos em 4 parcelas mensais e sucessivas, tendo começado em julho de 2022.

e) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	3.640.421	3.304.168	39.938	-
Cofins	1.600.260	1.242.295	59.866	15
PIS/Pasep	348.960	269.081	12.997	3
Outros	2.597	7.677	-	24
	5.592.238	4.823.221	112.801	42
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	7.374	7.722	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	32.423	29.967	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.047.758	1.324.598	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	17.037	13.651	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	24.240	25.510	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	12.120	12.755	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	40.305	30.671	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	15.497	19.529	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	20.623	18.200	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	(251.821)	7.017	-	-
CDE sobre P&D	7.205	11.859	-	-
CDE sobre PEE	10.239	17.186	-	-
	1.983.000	1.518.665	-	-
Total	7.575.238	6.341.886	112.801	42

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Tributos sobre a receita				
ICMS (1)	1.768.366	1.652.716	30.705	-
Cofins	936.214	629.445	35.868	8
PIS/Pasep	203.952	136.030	7.787	2
Outros	1.156	6.841	-	24
	2.909.688	2.425.032	74.360	34
Encargos do consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	3.632	4.032	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	16.204	4.545	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.038.461	649.729	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	8.454	(59)	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	12.029	11.800	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	6.015	5.900	-	-
Encargos do consumidor – Proinfa	20.815	14.336	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	7.894	9.891	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	8.876	9.321	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	-	55.037	-	-
CDE sobre P&D	3.575	11.859	-	-
CDE sobre PEE	5.117	17.186	-	-
	1.131.072	793.577	-	-
Total	4.040.760	3.218.609	74.360	34

- (1) Em 23 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, com vigência imediata, que promoveu alterações no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir), classificando a energia elétrica, dentre outros bens, como essencial, vedando a fixação de alíquotas de ICMS para operações com esses bens em patamar superior ao das operações em geral e aplicando a não incidência desse tributo sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, sendo esta afeta somente à Cemig Distribuição. A redução das alíquotas em sua operação já foi implementada pela Companhia, e a não incidência sobre componentes tarifários está em fase final de implantação na Cemig Distribuição. Até o presente momento, não foi identificado impacto material em suas operações devido à entrada em vigor da referida lei.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal	674.214	650.323	9.645	7.718
Participação dos empregados e administradores no resultado	73.850	49.189	2.513	39
Obrigações pós-emprego (nota 23)	304.765	215.971	37.215	24.316
Materiais	53.299	46.202	32	35
Serviços de terceiros (b)	773.118	687.075	9.274	5.894
Energia elétrica comprada para revenda (c)	6.549.343	6.417.348	511.958	-
Depreciação e amortização (1)	571.929	480.164	733	900
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	1.673.697	93.379	15.730	9.139
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.428.702	1.448.227	-	-
Gás comprado para revenda	1.255.844	868.042	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	1.262.422	785.561	-	-
Baixa de ativo financeiro (nota 13)	171.770	-	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	96.837	154.580	(3.290)	12.073
Total	14.889.790	11.896.061	583.810	60.114
Custos operacionais	13.668.798	11.225.104	511.958	-
Despesas operacionais	1.220.992	670.957	71.852	60.114
TOTAL	14.889.790	11.896.061	583.810	60.114

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal	370.647	342.869	2.636	1.417
Participação dos empregados e administradores no resultado	36.700	19.675	(1.243)	(2.231)
Obrigações pós-emprego (nota 23)	151.285	109.288	18.554	12.222
Materiais	33.046	25.352	26	27
Serviços de terceiros (b)	393.369	344.641	5.841	3.185
Energia elétrica comprada para revenda (c)	3.445.961	3.309.234	273.796	-
Depreciação e amortização (1)	288.020	241.733	339	449
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	1.510.367	69.175	947	(1.061)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	560.170	701.915	-	-
Gás comprado para revenda	692.063	480.517	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	771.160	437.186	-	-
Baixa de ativo financeiro (nota 13)	171.770	-	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	66.260	77.580	1.328	4.986
Total	8.490.818	6.159.165	302.224	18.994
Custos operacionais	7.789.561	5.897.187	273.796	-
Despesas operacionais	701.257	261.978	28.428	18.994
TOTAL	8.490.818	6.159.165	302.224	18.994

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$313 no consolidado e R\$3 na controladora no período de janeiro a junho de 2022 (R\$276 e R\$3 no mesmo período de 2021).

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. Em 26 de maio de 2022, houve reabertura do programa para adesão dos empregados no período de 30 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$48.641, representando a adesão de 297 empregados.

O programa de desligamento voluntário aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve custo total correspondente a R\$35.238, representando a adesão de 324 empregados, no período de 10 a 31 de maio de 2021. Foram elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções constantes no Programa, que previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido”, sendo o prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

b) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	67.751	63.192	-	-
Comunicação	65.117	77.936	177	127
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	275.439	231.122	9	8
Conservação e limpeza de prédios	31.912	34.082	120	85
Vigilância	8.412	7.909	-	-
Consultoria	13.900	18.739	1.743	2.801
Tecnologia da informação	77.510	48.527	1.790	826
Corte e religação	47.696	36.094	-	-
Serviços advocatícios	14.135	9.441	2.285	521
Poda de árvores	20.956	23.067	-	-
Limpeza de faixa	36.489	49.612	-	-
Reprografia e publicações legais	8.775	8.084	423	166
Inspeção de unidades consumidoras	17.358	13.816	-	-
Outras despesas	87.668	65.454	2.727	1.360
Total	773.118	687.075	9.274	5.894

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	38.081	32.018	-	-
Comunicação	28.054	37.444	90	72
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	132.279	107.080	6	4
Conservação e limpeza de prédios	16.649	17.283	64	47
Vigilância	4.453	4.752	-	-
Consultoria	9.169	9.463	723	1.211
Tecnologia da informação	33.440	23.266	903	501
Corte e religação	26.467	20.087	-	-
Serviços advocatícios	9.893	5.248	2.141	215
Poda de árvores	11.567	12.262	-	-
Limpeza de faixa	19.237	25.205	-	-
Reprografia e publicações legais	4.785	5.252	396	155
Inspeção de unidades consumidoras	9.461	8.214	-	-
Outras despesas	49.834	37.067	1.518	980
Total	393.369	344.641	5.841	3.185

c) Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Energia de Itaipu Binacional	803.911	967.628	-	-
Contratos por cotas de garantia física	436.189	401.516	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	178.596	122.289	-	-
Energia de curto prazo	229.815	363.246	10.977	-
Proinfa	302.827	191.000	-	-
Contratos bilaterais	236.746	195.094	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	1.453.702	2.159.787	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	2.533.315	2.059.165	553.164	-
Geração distribuída	926.230	528.781	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(551.988)	(571.158)	(52.183)	-
Total	6.549.343	6.417.348	511.958	-

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Energia de Itaipu Binacional	409.856	480.103	-	-
Contratos por cotas de garantia física	221.471	199.451	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	89.298	61.145	-	-
Energia de curto prazo	136.051	323.914	11.197	-
Proinfa	151.413	95.500	-	-
Contratos bilaterais	126.663	110.107	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	828.069	1.036.952	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	1.302.375	1.023.322	290.507	-
Geração distribuída	472.641	273.757	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(291.876)	(295.017)	(27.908)	-
Total	3.445.961	3.309.234	273.796	-

(1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 26 (g).

d) Provisões (Reversões) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa (nota 7) (1)	133.458	42.168	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (2)	14.701	(11.000)	(211)	-
Reversão de perda estimada com parte relacionada - Renova (nota 32)	(53.356)	-	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (5)	1.405.106	-	-	-
	1.499.909	31.168	(211)	-
Provisão (reversão) para Contingências (3) (nota 25)				
Trabalhistas	39.689	40.134	3.908	8.418
Cíveis	27.361	22.639	1.521	131
Tributárias	65.455	(18.974)	9.340	3.298
Regulatórias	1.782	-	971	-
Outras	7.102	5.054	201	(2.708)
	141.389	48.853	15.941	9.139
Subtotal	1.641.298	80.021	15.730	9.139
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	32.399	13.358	-	-
	32.399	13.358	-	-
Total	1.673.697	93.379	15.730	9.139

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa (nota 7) (1)	90.366	(985)	-	-
Perdas estimadas em outros créditos a receber (2)	13.201	-	-	-
Reversão de perda estimada com partes relacionadas - Renova (nota 32)	(53.356)	-	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores (5)	1.405.106	-	-	-
	1.455.317	(985)	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (3) (nota 25)				
Trabalhistas	5.954	18.529	2.033	263
Cíveis	16.628	12.684	(61)	(122)
Tributárias	24.285	10.348	(2.146)	1.034
Regulatórias	415	-	671	-
Outras	2.796	2.074	450	(2.236)
	50.078	43.635	947	(1.061)
Subtotal	1.505.395	42.650	947	(1.061)
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	4.972	26.525	-	-
	4.972	26.525	-	-
Total	1.510.367	69.175	947	(1.061)

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.
- (2) Refere-se, principalmente, a perda estimada com multa por rescisão contratual de fornecedor.
- (3) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.
- (4) Representa as perdas esperadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.
- (5) Provisão decorrente da obrigação presente gerada com a promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Cemig aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão. Para mais informações, ver notas explicativas nº 8a, nº 20 e nº 24.

e) Custo de construção de infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Pessoal e administradores	55.996	35.368
Materiais	737.810	406.290
Serviços de terceiros	418.458	297.591
Outros	50.158	46.312
Total	1.262.422	785.561

	Consolidado	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Pessoal e administradores	25.645	20.354
Materiais	456.355	225.254
Serviços de terceiros	260.950	167.552
Outros	28.210	24.026
Total	771.160	437.186

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis	4.980	2.077	14	(6)
Propaganda e publicidade	1.900	3.726	24	13
Consumo próprio de energia elétrica	12.963	11.387	-	-
Subvenções e doações	7.822	4.780	-	-
Concessão onerosa	1.997	1.678	-	-
Seguros	11.986	14.320	1.448	1.932
Anuidade CCEE	2.959	2.984	101	-
Forluz – Custeio administrativo	17.371	15.565	868	770
Agentes arrecadadores	40.115	42.892	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	30.052	29.221	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento	2.546	9.012	-	-
Impostos e taxas	6.232	13.566	413	3.750
Outras despesas (receitas) (1)	(44.086)	3.372	(6.158)	5.614
Total	96.837	154.580	(3.290)	12.073

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	2.870	469	13	(9)
Propaganda e publicidade	1.189	3.458	24	25
Consumo próprio de energia elétrica	6.684	11.387	-	-
Subvenções e doações	3.485	3.773	-	-
Concessão onerosa	1.038	886	-	-
Seguros	5.668	6.990	727	973
Anuidade CCEE	1.507	1.501	64	-
Forluz – Custeio administrativo	9.347	8.013	467	397
Agentes arrecadadores	19.804	21.974	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	28.884	17.417	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento	1.713	3.633	-	-
Impostos e taxas	1.489	9.630	205	3.397
Outras despesas (receitas) (1)	(17.418)	(11.551)	(172)	203
Total	66.260	77.580	1.328	4.986

(1) No primeiro semestre de 2022, a Companhia registrou recuperação de custos e despesas relacionados ao aumento do número de inspeções, cobranças de faturas de perdas e faturas com negativas, protestos e cortes de unidades inadimplentes. Adicionalmente, reconheceu receita decorrente de alienação de bens e direitos.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	171.153	92.821	33.512	28.224
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	198.228	237.822	222	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	32.213	7.291	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e financiamentos	342.500	292.379	-	-
Variação monetária	44.340	14.087	4.485	1.672
Variação monetária – CVA	111.216	6.927	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	33.793	6.944	6.730	583
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras	(47.570)	(49.303)	(28.948)	(32.294)
Rendas de antecipação de pagamento	1.449	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	3.024	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	110.240	18.127	9.282	2.059
Outras receitas financeiras	30.189	40.217	2.883	3.594
	1.027.751	667.312	31.190	3.838
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(459.668)	(589.332)	(3.123)	(698)
Amortização do custo de transação	(3.210)	(12.606)	-	(55)
Variação monetária – Empréstimos e financiamentos	(142.838)	(142.579)	-	-
Variação monetária – Concessão onerosa	(4.177)	(7.054)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(30.273)	(34.148)	(1.489)	(1.680)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	(402.027)	(612.765)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	(466.828)	(6.784)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(12.473)	(12.479)	(130)	(124)
Despesas financeiras P&D e PEE	(16.722)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(46.321)	(36.257)	(46)	(245)
	(1.584.537)	(1.454.004)	(4.788)	(2.802)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(556.786)	(786.692)	26.402	1.036

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	97.495	61.208	18.199	20.312
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	102.853	123.038	67	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	8.248	24.254	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e financiamentos	-	1.044.160	-	-
Varição monetária	27.125	7.394	887	630
Varição monetária – CVA	59.217	6.927	-	-
Varição monetária de depósitos vinculados a litígios	18.908	4.437	3.823	93
Ganhos com instrumentos financeiros - Swap	54.620	-	-	-
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre as receitas financeiras	(23.144)	(33.465)	(15.541)	(23.728)
Rendas de antecipação de pagamento	980	-	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	-	-	2.004	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	110.615	24.911	5.128	1.250
Outras receitas financeiras	16.629	25.561	1.214	2.031
	473.546	1.288.425	15.781	588
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(235.945)	(263.305)	(1.723)	(432)
Amortização do custo de transação	(1.610)	(8.469)	-	-
Variações cambiais - Empréstimos e financiamentos	(500.200)	-	-	-
Varição monetária – Empréstimos e financiamentos	(77.589)	(58.405)	-	-
Varição monetária – Concessão onerosa	(1.353)	(3.161)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(16.233)	(15.772)	(797)	(776)
Perdas com instrumentos financeiros - Swap	-	(425.417)	-	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir	(466.828)	-	-	-
Varição monetária de arrendamento	(6.188)	(6.147)	(65)	(61)
Despesas financeiras P&D e PEE	(9.409)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(29.140)	(29.221)	(8)	282
	(1.344.495)	(809.897)	(2.593)	(987)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(870.949)	478.528	13.188	(399)

- (1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.
- (2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins, decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores passou a superar o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (3)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Operações com energia elétrica (4)								
Madeira Energia	7.768	7.533	180.465	131.080	47.522	49.776	(798.804)	(770.996)
Aliança Geração	1.693	-	17.898	16.785	29.554	23.173	(108.241)	(93.277)
Baguari Energia	-	-	1.046	983	71	-	(3.928)	(4.351)
Norte Energia	2.026	2.338	35.929	35.291	12.614	13.895	(164.275)	(162.589)
Lightger	-	-	3.241	2.160	-	-	(18.304)	(15.026)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	4.121	3.153	-	-	(24.863)	(18.315)
Retiro Baixo	-	570	662	622	3.434	2.912	(2.776)	(3.062)
Taesa	-	-	9.437	9.971	133	123	(67.476)	(55.073)
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais (1)	101.814	167.366	-	-	85.851	45.711	-	-
Prestação de serviços								
Aliança Geração (6)	431	512	-	-	2.075	2.692	-	-
Baguari Energia (6)	296	211	-	-	538	82	-	-
Taesa (6)	151	150	-	-	567	567	-	-
Axxiom (9)	-	-	-	62	-	-	-	-
Contas a receber - AFAC								
Governo do Estado de Minas Gerais (2)	13.366	13.366	-	-	-	1.752	-	-
Contingências								
Aliança Geração (7)	-	-	55.043	52.497	-	-	(2.546)	(9.012)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (5)	-	-	-	161.648	-	-	-	-
Hidrelétrica Itaacara (8)	-	-	14.239	20.767	-	-	-	-

EMPRESAS (3)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Baguari Energia	14.759	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	7.202	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	4.179	-	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	517.056	81.027	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.640.841	1.707.323	-	-	65.299	45.289	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	27.663	351.162	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	194.272	180.635	-	-	(142.409)	(100.266)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (11)	-	-	-	-	-	-	(38.273)	(38.215)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(17.371)	(15.565)
Arrendamento operacional (13)	169.248	169.993	23.174	23.765	-	-	(15.188)	(14.418)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	2.486.623	2.489.518	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	-	-	165.652	162.913	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	200.436	184.129	-	-	(192.630)	(128.579)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	3.429.455	3.350.392	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar é de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 30 de junho de 2022, quinze parcelas foram compensadas;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;
- Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 15);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizado pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e aos outros acionistas. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$155 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$55 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 15);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cemig GT	-	-	685.082	799.947
Cemig D	-	-	986.795	916.961
Gasmig	-	-	284.137	350
Sete Lagoas	-	-	5.745	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Aliança Geração	99.000	224.896	-	-
Taesá	8	31.873	8	31.873
Cemig SIM	-	-	3.653	230
Outras (1)	26.150	7.214	11	11
	196.364	335.189	2.036.637	1.820.578

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2022	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.632.313	2042
Norte Energia S.A (NESA)/Light (2)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	501.227	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.204.985	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	78.598	2030
				5.100.738	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 30 de junho de 2022, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante,

e/ou deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 96,03% em 30 de junho de 2022 (96,25% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
Remuneração	14.083	13.448
Participação nos resultados	1.083	942
Previdência privada	1.178	1.062
Planos de saúde e odontológico	108	101
Seguro de vida	33	-
Total	16.485	15.553

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	582.212	582.212	1.094.473	1.094.473
Consumidores, revendedores e concessionários - Transporte de energia	2	4.452.008	4.452.008	4.481.423	4.481.423
Fundos vinculados	2	13.829	13.829	19.195	19.195
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	13.366	13.366
Ativos financeiros da concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.315.658	1.315.658	2.147.548	2.147.548
Reembolso de subsídios tarifários	2	95.588	95.588	291.896	291.896
Subvenção - Baixa renda	2	50.269	50.269	46.540	46.540
Depósitos vinculados a litígios	2	1.219.483	1.219.483	1.155.169	1.155.169
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.939.402	2.939.402	2.792.201	2.792.201
		10.681.815	10.681.815	12.041.811	12.041.811
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	1.821.539	1.821.539	708.252	708.252
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	100.554	100.554
Letras Financeiras – Bancos	2	1.025.256	1.025.256	704.364	704.364
Letras Financeiras do Tesouro	1	317.144	317.144	178.427	178.427
		3.163.939	3.163.939	1.691.597	1.691.597
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	975.023	975.023	1.219.176	1.219.176
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição		985.712	985.712	718.115	718.115
Indenizações a receber – Geração	3	644.432	644.432	816.202	816.202
		5.769.106	5.769.106	4.445.090	4.445.090
		16.450.921	16.450.921	16.486.901	16.486.901
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(11.184.845)	(11.184.845)	(11.363.963)	(11.363.963)

	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(329.342)	(329.342)	(384.513)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(532.137)	(532.137)	(538.934)	(538.934)
Concessões a pagar	3	(28.420)	(28.420)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(2.385.580)	(2.385.580)	(2.683.343)	(2.683.343)
Operações de arrendamento mercantil	2	(222.616)	(222.616)	(244.023)	(244.023)
Passivos financeiros setoriais		-	-	(51.359)	(51.359)
		(14.682.940)	(14.682.940)	(15.292.948)	(15.292.948)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(128.499)	(128.499)	(6.130)	(6.130)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(668.691)	(668.691)	(636.292)	(636.292)
		(797.190)	(797.190)	(642.422)	(642.422)
		(15.480.130)	(15.480.130)	(15.935.370)	(15.935.370)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e, (iii) instrumentos financeiros – derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda SAAG

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$668.691, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos, e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Varição do valor justo	32.399
Saldo em 30 de junho de 2022	668.691

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em junho de 2022 aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$35.505 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$1.045.462 no primeiro semestre de 2021, com entrada líquida de caixa de R\$888.642).

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(19.362)	954.841
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(16.143)	90.621
					(35.505)	1.045.462

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de junho de 2022, no montante de R\$402.027 (R\$612.765 em 30 de junho de 2021), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 30/06/2022	Valor justo 30/06/2022	Valor conforme contrato 31/12/2021	Valor justo 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	866.626	523.897	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	571.190	322.627	577.565	506.645
					1.437.816	846.524	1.450.660	1.213.046
Ativo não circulante						975.023		1.219.176
Passivo circulante						(128.499)		(6.130)

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. O instrumento derivativo contratado pela Companhia possui teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2022 foi de R\$846.524 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de junho de 2022, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$1.437.816 em 30 de junho de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de junho de 2023, seria afetado positivamente pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do exercício contábil, em R\$250.583. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$1.097.107, sendo um valor positivo de R\$1.123.137 referente à opção (call spread) e negativo de R\$26.030 referentes ao swap.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem com o da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/06/2022	Cenário provável 30/06/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.794.430	3.748.693	3.427.531	3.124.227
Swap ponta passiva	(3.945.853)	(3.774.723)	(3.876.106)	(3.932.475)
Opção/Call Spread	997.947	1.123.137	1.068.058	1.012.392
Instrumento derivativo de hedge	846.524	1.097.107	619.483	204.144

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 23)	(1.007.557)	(5.277.584)	(1.007.557)	(5.622.673)
Fornecedores (Itaipu Binacional)	(24.952)	(130.697)	(59.335)	(331.118)
	(1.032.509)	(5.408.281)	(1.066.892)	(5.953.791)
Passivo líquido exposto		(5.408.281)		(5.953.791)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2023 será uma desvalorização de 7,79% para o dólar norte-americano (R\$4,83). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,83	Cenário possível Dólar R\$6,04	Cenário Remoto Dólar R\$7,25
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(5.277.584)	(4.866.501)	(6.085.645)	(7.304.789)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(130.697)	(120.517)	(150.708)	(180.900)
	(5.408.281)	(4.987.018)	(6.236.353)	(7.485.689)
Passivo líquido exposto	(5.408.281)	(4.987.018)	(6.236.353)	(7.485.689)
Efeito líquido da variação cambial		421.263	(828.072)	(2.077.408)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação o de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2022. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) - CDI	1.821.539	708.252
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	1.924.612	2.077.818
Fundos vinculados - CDI	13.829	19.195
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.315.658	2.147.548
	5.075.638	4.952.813
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.686.176)	(1.457.989)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(9.866)	(20.625)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	-	(51.359)
	(1.696.042)	(1.529.973)
Passivo líquido exposto	3.379.596	3.422.840

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,25% e a taxa TJLP será de 6,12% em 30 de junho de 2023. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/06/2022	30/06/2023		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,25% TJLP 6,12%	Cenário possível Selic 9,19% Selic 4,59%	Cenário remoto Selic 6,13% TJLP 3,06%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	1.821.539	2.044.678	1.988.938	1.933.199
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.924.612	2.160.377	2.101.484	2.042.591
Fundos vinculados	13.829	15.523	15.100	14.677
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	1.315.658	1.476.826	1.436.567	1.396.308
	5.075.638	5.697.404	5.542.089	5.386.775
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.686.176)	(1.892.733)	(1.841.136)	(1.789.539)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(9.866)	(10.470)	(10.319)	(10.168)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	-	-	-	-
	(1.696.042)	(1.903.203)	(1.851.455)	(1.799.707)
Ativo exposto líquido	3.379.596	3.794.201	3.690.634	3.587.068
Efeito líquido da variação das taxas de juros		414.605	311.038	207.472

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2022, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à inflação	30/06/2022	31/12/2021
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	985.712	718.115
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.939.402	2.792.201
	3.925.114	3.510.316
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.277.762)	(4.321.906)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(329.342)	(384.513)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(532.137)	(538.934)
	(5.139.241)	(5.245.353)
Passivo líquido	(1.214.127)	(1.735.037)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 5,14% e a taxa de IGPM será de 3,81% em 30 de junho de 2023, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme abaixo:

Consolidado	30/06/2022	30/06/2023		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 5,14% IGPM 3,81%	Cenário possível (25%) IPCA 6,43% IGPM 4,76%	Cenário remoto (50%) IPCA 7,71% IGPM 5,72%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	948.513	997.267	1.009.502	1.021.643
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de Gás – IGPM	37.199	38.616	38.970	39.327
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.939.402	3.090.487	3.128.406	3.166.030
	3.925.114	4.126.370	4.176.878	4.227.000
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures- IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.277.762)	(4.497.639)	(4.552.822)	(4.607.577)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(329.342)	(346.270)	(350.519)	(354.734)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 23)	(532.137)	(559.489)	(566.353)	(573.165)
	(5.139.241)	(5.403.398)	(5.469.694)	(5.535.476)
Passivo líquido	(1.214.127)	(1.277.028)	(1.292.816)	(1.308.476)
Efeito líquido da variação da inflação		(62.901)	(78.689)	(94.349)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e

patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	59.260	164.366	1.629.854	10.532.267	911.395	13.297.142
Concessões a pagar	349	687	3.073	14.027	15.140	33.276
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	14.577	29.230	135.480	187.619	-	366.906
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	6.462	12.972	59.902	351.346	462.442	893.124
	80.648	207.255	1.828.309	11.085.259	1.388.977	14.590.448
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.192.702	192.499	379	-	-	2.385.580
Total	2.273.350	399.754	1.828.688	11.085.259	1.388.977	16.976.028

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	61.679	-	-	61.679
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	717	1.438	6.666	9.231	-	18.052
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	318	638	2.947	17.286	22.753	43.942
	1.035	2.076	71.292	26.517	22.753	123.673
- Pré-fixadas						
Fornecedores	108.016	2.381	-	-	-	110.397
Total	109.051	4.457	71.292	26.517	22.753	234.070

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

A Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Total do passivo	32.853.003	32.584.043	2.882.128	3.163.043
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.867.781)	(825.208)	(63.149)	(26.692)
Fundos vinculados	(13.829)	(19.195)	(5)	(7)
Passivo líquido	30.971.393	31.739.640	2.818.974	3.136.344
Total do patrimônio líquido	20.368.383	19.461.765	20.363.513	19.456.411
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,52	1,63	0,14	0,16

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa em 30 de junho de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$878.991.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Pools.

Outros riscos operacionais

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A

Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão celebrado por 30 anos, com o Ministério de Minas e Energia, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 30 de junho de 2022.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	1.428.248	647.124	3.669.699	9.679.436	1.687.496	17.112.003	(823.731)	(227.444)	16.060.828
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(133.637)	(70)	(3.162.287)	(5.704.087)	(1.255.844)	(10.255.925)	823.731	198.305	(9.233.889)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(70.854)	(65.685)	(12.221)	(456.964)	(68.490)	(674.214)	-	-	(674.214)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(7.859)	(7.991)	(1.471)	(51.335)	(5.194)	(73.850)	-	-	(73.850)
Obrigações pós-emprego	(31.257)	(20.371)	(4.650)	(204.832)	(43.655)	(304.765)	-	-	(304.765)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(179.372)	(120.980)	(5.783)	(766.109)	(52.041)	(1.124.285)	-	29.261	(1.095.024)
Depreciação e amortização	(164.176)	120	(6)	(354.256)	(53.489)	(571.807)	-	(122)	(571.929)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(15.334)	(8.365)	(3.672)	(1.642.214)	(4.112)	(1.673.697)	-	-	(1.673.697)
Custos de construção da infraestrutura	-	(125.886)	-	(1.112.782)	(23.754)	(1.262.422)	-	-	(1.262.422)
Total do custo de operação	(468.852)	(349.158)	(27.803)	(4.588.492)	(250.735)	(5.685.040)	-	29.139	(5.655.901)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(602.489)	(349.228)	(3.190.090)	(10.292.579)	(1.506.579)	(15.940.965)	823.731	227.444	(14.889.790)
Resultado de equivalência patrimonial	69.731	2.629	-	-	448.536	520.896	-	-	520.896
Ganho na alienação de participação societária	-	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	895.490	300.525	479.609	(613.143)	636.097	1.698.578	-	-	1.698.578
Resultado financeiro	(78.347)	(50.963)	14.785	(307.585)	(134.676)	(556.786)	-	-	(556.786)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	817.143	249.562	494.394	(920.728)	501.421	1.141.792	-	-	1.141.792
Imposto de renda e contribuição social	(200.677)	(64.530)	(164.317)	396.375	396.804	363.655	-	-	363.655
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	616.466	185.032	330.077	(524.353)	898.225	1.505.447	-	-	1.505.447
Participação dos acionistas controladores	616.466	185.032	330.077	(524.353)	897.487	1.504.709	-	-	1.504.709
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	738	738	-	-	738

- (1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações);
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	1.461.450	441.332	2.833.770	9.463.013	1.264.718	15.464.283	(793.581)	(205.979)	14.464.723
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(285.249)	(131)	(2.540.912)	(6.009.267)	(868.042)	(9.703.601)	793.581	176.403	(8.733.617)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(77.498)	(55.698)	(10.275)	(454.674)	(52.178)	(650.323)	-	-	(650.323)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(5.862)	(5.093)	(976)	(36.043)	(1.215)	(49.189)	-	-	(49.189)
Obrigações pós-emprego	(20.266)	(18.057)	(3.336)	(145.680)	(28.632)	(215.971)	-	-	(215.971)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(91.395)	(44.450)	(6.049)	(723.851)	(51.688)	(917.433)	-	29.576	(887.857)
Depreciação e amortização	(94.678)	(1.709)	(267)	(330.132)	(53.378)	(480.164)	-	-	(480.164)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(8.646)	(6.182)	(6.224)	(38.091)	(34.236)	(93.379)	-	-	(93.379)
Custos de construção da infraestrutura	-	(47.124)	-	(719.519)	(18.918)	(785.561)	-	-	(785.561)
Total do custo de operação	(298.345)	(178.313)	(27.127)	(2.447.990)	(240.245)	(3.192.020)	-	29.576	(3.162.444)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(583.594)	(178.444)	(2.568.039)	(8.457.257)	(1.108.287)	(12.895.621)	793.581	205.979	(11.896.061)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	217.063	-	-	-	217.063	-	-	217.063
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	909.601	-	-	-	-	909.601	-	-	909.601
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	20.410	-	-	-	131.069	151.479	-	-	151.479
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.807.867	479.951	265.731	1.005.756	396.050	3.955.355	-	-	3.955.355
Resultado financeiro	(270.283)	(143.509)	6.547	10.458	(389.905)	(786.692)	-	-	(786.692)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.537.584	336.442	272.278	1.016.214	6.145	3.168.663	-	-	3.168.663
Imposto de renda e contribuição social	(437.272)	(100.231)	(45.378)	(276.422)	59.630	(799.673)	-	-	(799.673)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.100.312	236.211	226.900	739.792	65.775	2.368.990	-	-	2.368.990
Participação dos acionistas controladores	1.100.312	236.211	226.900	739.792	65.054	2.368.269	-	-	2.368.269
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	721	721	-	-	721

- (1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

32. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantig Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos

pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Cemig GT concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$ 60.000, com direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em maio de 2022:

Consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	15.115.372
Preço de venda total	6.644
Valor do ativo mantido para venda em 31/03/2022	-
Ganho de capital contábil	6.644
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(2.259)
Ganho de capital líquido de tributos e custos com venda:	4.385
Valor recebido pela cessão onerosa dos créditos detidos pela Cemig GT	53.356
Valor contábil dos créditos	-
Ganho apurado com a cessão dos créditos - Outras receitas	53.356
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(18.141)
Ganho com a cessão dos créditos, líquido de tributos	35.215
Despesas com venda estimadas (2)	(3.959)
Total a ser recebido, líquido das despesas estimadas	35.641

- (1) A realização da dedutibilidade do valor total dos créditos, que estavam totalmente provisionados na contabilidade, e a dedutibilidade do ágio pago na aquisição do investimento geraram um prejuízo fiscal de R\$504.351, reduzindo a despesa de IRPJ e CSLL em R\$315.318.
- (2) Despesas estimadas com base nos serviços de assessoria jurídica contratada.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$18.661 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$12.872 no mesmo período de 2021);
- Adições nos arrendamentos no montante de R\$8.363 no período de janeiro a junho de 2022 (R\$9.723 no mesmo período de 2021).

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do trimestre

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2022, lucro de R\$49.876 em comparação a um lucro de R\$1.946.639 no mesmo período de 2021. Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia registrou um acréscimo de R\$1.988.128 no passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos usuários das distribuidoras de energia elétrica em virtude da promulgação da Lei nº 14.385/22, estando este montante dividido entre dedução da receita operacional e provisões operacionais.

As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 37,02%, no segundo trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a margem do Lajida ajustado passou de 17,95% para 22,03%. No primeiro semestre de 2022, o Lajida ajustado aumentou 25,63% quando comparado ao primeiro semestre de 2021, e a margem passou de 20,55% para 23,25% nos períodos analisados.

O Lajida consolidado, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou uma redução de 86,34%, no segundo trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021, enquanto a sua margem passou de 35,22% no segundo trimestre de 2021 para 4,31% no mesmo período de 2022. No primeiro semestre de 2022, o Lajida consolidado reduziu 48,81% quando comparado ao primeiro semestre de 2021, e a margem passou de 30,66% para 14,14% nos períodos analisados.

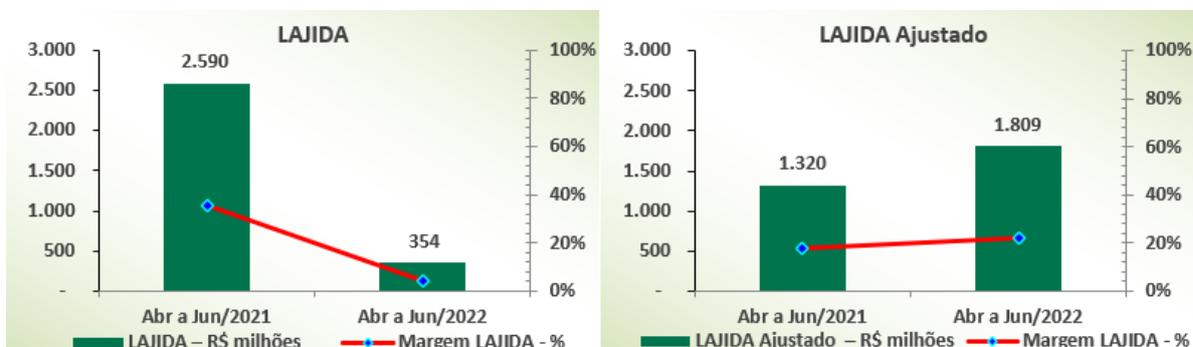
As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste relatório.

LAJIDA - R\$ mil	Abr a Jun/2022	Abr a Jun/2021	Var %	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Var %
Resultado do período	49.876	1.946.639	(97,44)	1.505.447	2.368.990	(36,45)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(855.151)	880.346	(197,14)	(363.655)	799.673	(145,48)
Resultado financeiro	870.949	(478.528)	(282,01)	556.786	786.692	(29,22)
Depreciação e amortização	288.020	241.733	19,15	571.929	480.164	19,11
LAJIDA conforme "Instrução CVM 527"	353.694	2.590.190	(86,34)	2.270.507	4.435.519	(48,81)
Efeitos não recorrentes e não caixa						
Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(356)	(402)	(11,44)	(738)	(721)	2,36
Resultado da RTP, líquido	-	(211.247)	-	-	(217.063)	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	(60.000)	-	-	(60.000)	(108.550)	(44,73)
Devolução de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	1.660.356	-	-	1.660.356	-	-
Reversão de provisões tributárias	-	(327)	-	-	(78.361)	-
Baixa de ativo financeiro	171.770	-	-	171.770	-	-
TARD relativo à infraestrutura	(145.493)	-	-	(145.493)	-	-
Reversão de provisão para perdas (nota 15)	(170.916)	-	-	(161.648)	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	-	(909.601)	-	-	(909.601)	-
Antecipação pela prestação de serviço, líquido	-	(148.350)	-	-	(148.350)	-
Lajida ajustado	1.809.055	1.320.263	37,02	3.734.754	2.972.873	25,63

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras

companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.



Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.844.552, no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$6.837.733 no mesmo período de 2021, representando um crescimento de 14,72%. As principais variações que justifiquem o crescimento da receita com fornecimento bruto estão apresentadas abaixo:

Consumidores finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$6.947.698, no segundo trimestre de 2022, comparado a R\$6.202.062 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 12,02%.

Evolução do mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021.

Fornecimento bruto de energia elétrica

	Abr a Jun/2022			Abr a Jun/2021			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.768.128	2.724.030	984,07	2.766.585	2.620.985	947,37	0,06	3,93
Industrial	4.597.875	1.520.467	330,69	4.058.047	1.269.674	312,88	13,30	19,75
Comércio, serviços e outros	2.307.390	1.655.806	717,61	1.992.781	1.263.457	634,02	15,79	31,05
Rural	844.733	541.861	641,46	1.074.926	629.219	585,36	(21,41)	(13,88)
Poder público	223.437	176.026	787,81	171.645	128.263	747,26	30,17	37,24
Iluminação pública	285.585	136.207	476,94	314.679	149.098	473,81	(9,25)	(8,65)
Serviço público	351.948	220.138	625,48	352.752	197.094	558,73	(0,23)	11,69
Subtotal	11.379.096	6.974.535	612,93	10.731.415	6.257.790	583,13	6,04	11,45
Consumo Próprio	6.857	-	-	8.272	-	-	(17,11)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(26.837)	-	-	(55.728)	-	-	(51,84)
	11.385.953	6.947.698	612,93	10.739.687	6.202.062	583,13	6,02	12,02
Suprimento a outras concessionárias (3)	3.259.639	884.910	271,47	2.612.137	653.719	250,26	24,79	35,37
Suprimento não faturado líquido	-	11.944	-	-	(18.048)	-	-	(166,18)
Total	14.645.592	7.844.552	536,89	13.351.824	6.837.733	517,97	9,69	14,72

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

- aumento de 15,79% de energia faturada na classe de Comércio, Serviços e outros devido, principalmente, ao aumento no número de consumidores nesta classe, incluindo migração das classes Rural e Serviços Públicos, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020, a qual determinou a readequação de clientes que não realizassem seu cadastramento e comprovação da atividade geradora do benefício tarifário que faziam jus;
- aumento de 30,17% de energia faturada na classe do Poder Público, principalmente, pelo aumento no número de consumidores nesta classe, devido à migração de clientes das classes de Serviços Públicos e Rural para esta classe, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- redução de 21,41% de energia faturada na classe Rural, compensando parcialmente os aumentos anteriores, justificado, principalmente, pela redução do número de consumidores dessa classe, devido à migração desses clientes para outras classes, em atendimento à Resolução Normativa (REN) Aneel nº 901/2020;
- redução de 9,25% de energia faturada na classe de Iluminação Pública, devido, principalmente, à implantação de lâmpadas de led em diversos municípios.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2022, essa receita correspondeu ao montante de R\$912.976, comparada a R\$820.873 no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 11,22%.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento

energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

No segundo trimestre de 2022 foi reconhecida uma despesa no montante de R\$271.933, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$453.744 no mesmo período de 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia adquirida no ambiente regulado em 2022 em comparação com os valores considerados na tarifa.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de concessão de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$126.485 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$75.036 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 68,57%, associado, principalmente, ao reajuste anual da RAP da transmissora, como efeitos da ReH nº 2.895/2021 e alterado pela ReH nº 2.959/2021;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$100.873 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$39.682 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 154,20%, em razão, basicamente, do aumento dos investimentos em transmissão;
- Aumento de 46,26% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$204.563 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$139.867 no mesmo período de 2021. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 2,22% no segundo trimestre de 2022 comparada a 1,68% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.113.427 no segundo trimestre de 2022 comparada a R\$838.444 no mesmo período de 2021, sendo um acréscimo de 32,80%.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura do segmento de distribuição foram de R\$695.971 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$409.128 no mesmo período de 2021. Tal aumento deve-se, basicamente, à maior execução do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, destacando-se o atendimento rural e de crescimento de mercado, medição de energia e blindagem da receita, além do segmento de subtransmissão, relativo à expansão e digitalização da alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$783.716 no segundo trimestre de 2022 em comparação a R\$436.904 no mesmo período de 2021, sendo um aumento de 79,38%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 26.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$4.040.760 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$3.218.609 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 25,54%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.038.461 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$649.729 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 59,83%. Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos ficaram zerados no segundo trimestre de 2022, comparado ao montante de R\$55.037 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre do acionamento das bandeiras mais gravosas no período de 2021, comparado a nenhum acionamento no trimestre atual.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$8.490.818 no segundo trimestre de 2022 comparados a R\$6.159.165 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 37,86%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do segundo trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R\$151.285, em comparação a uma despesa de R\$109.288 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 38,43%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.445.961 no segundo trimestre de 2022 comparada a R\$3.309.234 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 4,13%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 14,63% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$409.856 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$480.103 no mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução no preço em dólar, de R\$28,07/KW para R\$24,73/KW, e pela redução de 3,8% no dólar médio do 2º trimestre de 2022 comparado à média do 2º trimestre de 2021;
- redução de 20,14% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$828.069 no segundo trimestre de 2022 comparadas a R\$1.036.952 no mesmo período de 2021. Essa redução decorre, principalmente, da redução nos despachos

por disponibilidade das usinas térmicas e da redução de aquisição de energia via MCSD;

- as reduções acima foram parcialmente compensadas pelo aumento de 72,65% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$472.641 no segundo trimestre de 2022, comparadas a R\$273.757 no mesmo período de 2021. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (714.820 MWh no segundo trimestre de 2022, comparado a 445.944 MWh no mesmo período de 2021);
- aumento de 27,27% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$1.302.375 no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$1.023.322 no mesmo período de 2021, associado, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia da Cemig GT para a Companhia no terceiro trimestre de 2021. Mais informações na nota explicativa nº 26.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$560.170 no segundo trimestre de 2022, comparados a R\$701.915 no mesmo período de 2021, representando uma redução de 20,19%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica, principalmente, pela redução nos custos com Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), decorrente do menor despacho de usinas fora da ordem de mérito, unida a uma redução na tarifa da rede básica, realizada em julho de 2021.

Esse é um custo não gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$1.510.367 no segundo trimestre de 2022, comparadas a R\$69.175 no mesmo período de 2021. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de provisão operacional no montante atualizado de R\$1.405.106, decorrente dos efeitos contábeis da promulgação da Lei nº 14.385/22, a qual determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto

de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins. A Cemig aguarda a regulamentação da Lei pela Aneel e avalia junto aos assessores legais eventuais ações futuras relacionadas à questão.

- variação nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$4.972 no segundo trimestre de 2022, em comparação a R\$26.525 no mesmo período de 2021. Esse movimento está associado, basicamente, aos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAESA. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30;
- reconhecimento de reversão de perda estimada com parte relacionada em função da alienação da participação societária detida pela Companhia na Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos em face desta investida. Mais informações na nota explicativa nº 32; e,
- variação nas perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa, que apresentou constituição de R\$99.505 no segundo trimestre de 2022, comparada à reversão de R\$985 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, ao aprimoramento das regras de provisionamento no exercício de 2021, a fim de assimilar as boas práticas adotadas pelo segmento de distribuição de energia elétrica.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$771.160 no segundo trimestre de 2022 comparados a R\$437.186 no mesmo período de 2021, representando um aumento de 76,39%. Essa variação deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia nos segmentos de distribuição e transmissão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No primeiro semestre de 2022, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$692.063 comparada a uma despesa de R\$480.517 no mesmo período de 2021, representando um acréscimo de 44,02%.

Resultado de equivalência patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas nos segundos trimestres de 2022 e 2021, de R\$336.468 e R\$32.792.

A Companhia reconheceu em 2022 uma reversão da provisão, no montante de R\$170.916, referente às obrigações assumidas pela Companhia perante a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) em acordos de suportes e garantias.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2022 foi uma despesa financeira líquida de R\$870.949 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$478.528 no mesmo período de 2021. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em relação ao Real no segundo trimestre de 2022, de 10,56%, em comparação à variação negativa de 12,20% no mesmo período de 2021, gerando o registro de despesas no montante de R\$500.200 e receitas de R\$1.044.160 nos segundos trimestres de 2022 e 2021, respectivamente; e,
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação positiva no segundo trimestre de 2022, no montante de R\$54.620, em comparação ao reconhecimento de perda no montante de R\$425.417 no segundo trimestre de 2021. Esse resultado, do segundo trimestre de 2022, é decorrente, principalmente, da apreciação do dólar frente ao Real.
- constituição de despesa financeira líquida de R\$369.001 em complemento a atualização monetária do passivo relativo à parcela dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos. O complemento decorre da homologação do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Cemig D, que considerou os efeitos do Projeto de Lei nº 1.280/22, convertido na Lei nº 14.385/22. A referida Lei determina a destinação integral, em proveito dos consumidores, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras, relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Imposto de renda e contribuição social

No segundo trimestre de 2022, a Companhia apurou receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$855.151 em relação ao prejuízo de R\$805.275 antes dos efeitos fiscais. A Companhia apurou, no mesmo período de 2021, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$880.346 em relação ao lucro de R\$2.826.985, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 31,14%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2022, reuniu-se 12 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2022, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2024.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação

O Conselho de Administração é integrado por 11 (onze) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Atualmente temos uma cadeira vaga, devido à renúncia de um dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das informações contábeis intermediárias;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2022, até 30 de junho de 2022, foram realizadas 7 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:
 - a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
 - b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Desde 2016 a atividade de gestão de riscos corporativos está subordinada à Presidência. Ainda, em 2019, foi criada a Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, unificando em uma mesma administração os processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a sinergia entre esses processos e a independência entre os demais, de forma a fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance vigente para os exercícios de 2021/2022, abrangendo os negócios Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Geração Distribuída, Holding bem como riscos comuns aos negócios.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda em 2019, foi contratada consultoria especializada para apoiar a companhia na revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos bem como o acompanhamento periódico de execução dos controles, suficiência, análise de falhas e apoio na elaboração e execução dos planos de remediação.

Matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e o desenho dos controles são testados e monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos. A Auditoria Interna, por sua vez, monitora de forma independente as práticas de controles internos por meio de testes sobre a efetividade da operação dos controles. A conclusão dessas avaliações é apresentada à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Os controles internos oferecem garantia razoável de que erros e fraudes que possam impactar o desempenho sejam identificados, combatidos e prevenidos, buscando:

- Eficácia e eficiência das operações.
- Confiabilidade dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Como parte da Matriz de Riscos e Controles Internos da Cemig, estão os controles vinculados à mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F. A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, sendo arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Código de Conduta Cemig

Aprovado pelo Conselho de Administração da Cemig em 18 de abril de 2022, o novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Código de Conduta Cemig”.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e

recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou de corrupção, em todas as suas formas. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Desse modo, em 2012, a Cemig consolidou sua Política Antifraude sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. A política ressalta o compromisso da Empresa com os princípios do Pacto Global referentes ao tema, principalmente o princípio de número dez, que trata do combate a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2022

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	375.031.302	50,97	17.085	-	375.048.387	17,04
Outras Entidades do Estado	30.021	-	16.884.481	1,15	16.914.502	0,77
FIA Dinâmica Energia S/A	221.307.392	30,08	122.363.754	8,35	343.671.146	15,61
BNDES Participações	82.007.784	11,14	-	-	82.007.784	3,73
BlackRock	-	-	160.323.463	10,94	160.323.463	7,28
Outros						
No País	39.180.032	5,32	224.205.671	15,30	263.385.703	11,96
No Exterior	18.291.093	2,49	941.728.610	64,26	960.019.703	43,61
Total	735.847.624	100,00	1.465.523.064	100,00	2.201.370.688	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2022

	Janeiro a Junho/2022	
	ON	PN
Controlador	375.031.302	17.085
Outras entidades do Estado	30.021	16.884.481
Conselho de Administração	-	111.275
Diretoria Executiva	17.806	29.107
Ações em tesouraria	102	846.062
Ações em circulação (<i>free float</i>)	360.768.393	1.447.635.054
Total	735.847.624	1.465.523.064

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em abril de 2021, pelo 26º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. Em 2021, o evento foi realizado na modalidade virtual, devido à pandemia da Covid-19.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social desde Assembleia Geral ocorrida após 11 de junho de 2018, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

* * * * *

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-1SP/242.451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 34 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e nas investidas Madeira Energia S.A. e Norte Energia S.A., que envolvem as investidas e seus executivos e outros acionistas dessas investidas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período corrente, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão datados em 29 de março de 2022 e 16 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificações. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada